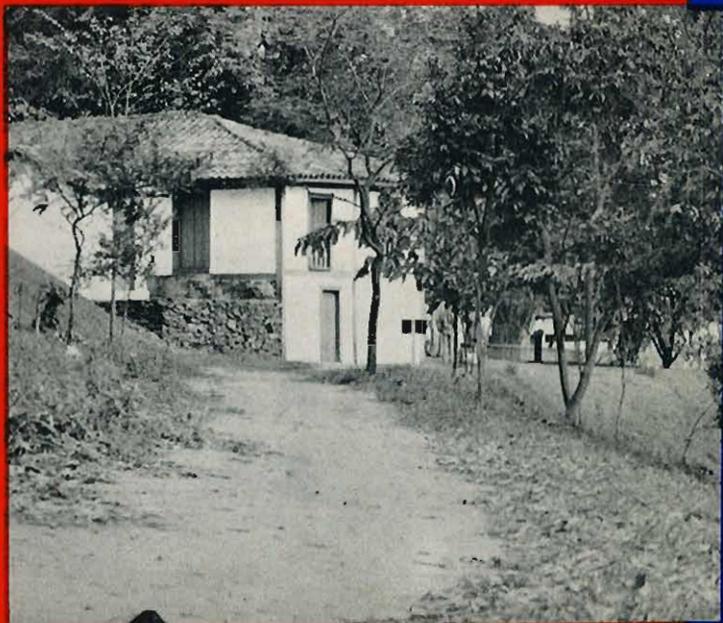


IHGP

**INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA**

ANO III 1994 NÚMERO 3



INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Diretoria (1994)
Presidente: PEDRO CALDARI
Vice-Presidente: HUGO PEDRO
CARRADORE
1º Secretário: TOSHIO
ICLUCA
2º Secretário: LINO VITTI
1º Tesoureiro: EUGÊNIO
NARDIN
2º Tesoureiro: JOSÉ LUIZ
GUIDOTTI
Orador: GUSTAVO JACQUES
DIAS ALVIM
Bibliotecária: CLORIS ALESSI

IHGP

Revista do Instituto Histórico e
Geográfico de Piracicaba
Ano III - 1993 1994 - Número 3

Comissão Editorial:
HUGO PEDRO CARRADORE
ERASMO PRESTES DE
SOUZA

IHGP é uma publicação
semestral do INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE PIRACICABA. Os artigos
publicados em IHGP representam
preferencialmente colaborações
de seus associados. Entretanto, a
revista abre espaço para outros
autores que se dedicam ao estudo
e à pesquisa relativos à
Piracicaba.

As colaborações deverão sempre
ser encaminhadas à Secretaria do
IHGP para a apreciação da
Comissão Editorial, que
observará o cumprimento das
normas estabelecidas pela revista.
Todos os artigos podem ser
reproduzidos, desde que indicada
a fonte.

As opiniões expressas nos artigos
são de responsabilidade dos seus
autores.

INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
CGC 508.538.78 0001-48
Rua do Rosário, 781
13400-180 Piracicaba, SP
Fotos: Henrique Spavieri
Cristiano Dihel
Justino Lucente

Composição e Impressão
Shekinah Editora e Gráfica
Rua Sebastião R. Pinto, 685
Tel-Fax 21-6766
Piracicaba, SP

IHGP

INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA

EM FAVOR DA MEMÓRIA

Para resolver os problemas que sobrevinham à República, os magistrados de Esparta iam pernoitar no templo de Parsifae, onde refletiam e recompunham no passado, até que, adormeciam esperando por sonhos reveladores dos arcanos do futuro: o futuro dos povos está condicionado aos acontecimentos do passado.

No século V a.C., o filósofo Heráclito acreditava no "retorno eterno das coisas". Ensinava que todos os fenômenos naturais assim como os sociais, formam como ciclos, que se repetem mediante incessantes modificações. Como Nietzsche, muitos pensadores, em diversas épocas, têm propalado a idéia de que a história se repete.

A História é a escola dos povos e dos governantes. É incontestável que ela é a janela pela qual podemos ter uma visão do futuro.

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, como instituição, tem como objetivo principal o de preservar a memória piracicabana e nacional, através da busca de documentação, exame, preservação e divulgação das matérias objetos da História.

Esta publicação é realizada com a colaboração dos membros do IHGP e estudiosos da memória das gentes.

Nosso objetivo é que, cada número da revista seja um mosaico da memória e um estojo da ciência. Por isso, estaremos sempre de braços abertos e com humildade recebendo as críticas e as sugestões, para aperfeiçoar nosso trabalho, no sentido de cumprir a nossa meta: servir a Piracicaba.

O número 03 da "Revista do IHGP" é mais uma etapa da luta de Piracicaba em favor da Cultura Brasileira.

O registro da memória é depósito universal do pensamento. Esta é assertiva consagrada pelo saber humano.

Hugo Pedro Carradore

SUMÁRIO

IHGP

INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA

MEMÓRIA PIRACICABANA

**A CASA DO
POVOADOR**
Um Retrato da Memória
Piracicabana

Hugo Pedro Carradore **5**

**PIRACICABA
"BOCA DE SERTÃO"**
o Porto, a Paragem, a
Sesmaria, a Povoação
(1723-1767)

Marly Therezinha
Germano Perecin **11**

SANATÓRIO SÃO LUIZ

Lauro Moraes Faria **25**

O RIO PIRACICABA

José Luiz Guidotti **29**

RESENHA

**URBE CONTROLE
SOCIAL**
Do Conceito Jurídico de
Cidade e sua Relação
com a História

Jorge Luis Mialhe **33**

PERFIS

**MAJOR MELCHIOR
DE M. CASTANHO**

Milton Ferraz de Arruda **37**

**NICOLAU
ATHANASSOF**

F. Pimentel Gomes **39**

**PROFESSOR
BENEDICTO DE
ANDRADE**
O Homem - O Mestre -
O Amigo

Antonio Messias Galdino **41**

CRÔNICA

AUTOBIOGRAFANDO
Piracicaba, Saúdo-te

Pedro Silveira Rocha **45**

DOCUMENTA

**PRIMEIRO
ASSENTAMENTO DE
BATISMO
NA FREGUEZIA DE
PIRACICABA**

Em 29 de julho de 1774
49

NOTAS

**NOVOS SÓCIOS E
INFORMAÇÕES** **50**

CHAVE

VERDADE HISTÓRICA

Erasmus Prestes de Souza

53

MEMÓRIA
PIRACICABANA

A CASA DO POVOADOR

UM RETRATO DA MEMÓRIA DE PIRACICABA

HUGO PEDRO CARRADORE

Historiador e folclorista, presidente do IHGP, Titular da Academia Paulistana da História e autor, entre outros, de "Negritude na América", "Paulista Graças a Deus" e o "Drama da Liberdade".

A chamada CASA DO POVOADOR, sem dúvida alguma, data do século XIX. Através de uma análise não muito acurada, pode-se concluir que a casa transformada em marco histórico não é a verdadeira relíquia que marca o momento da fundação. Não há qualquer referência documental a respeito da sua edificação como lar do fundador Antônio Corrêa Barbosa...

A memória consagrou-a como tal, pela tradição oral do "ouvir dizer". Mais antigo e verdadeiro foi o próprio da Alfandega "localizado ao lado da conjeturada casa do Capitão Povoador, que desmoronou-se com um temporal em 1937.

A criação do "mito" é relativamente recente e responsáveis pela sua divulgação foram os nossos homens de letras.

Em 1970, o mestre Thales de Andrade fez questão de perenizar a quimera em uma inflamada crônica publicada no "Jornal de Piracicaba".

Bem alicerçada de sólidas paredes, seguro madeiramento, coberta perfeita, assobradada, compartimentos espaçosos, janelas e portas largas e altas...

- Casa própria.
- A DELE - CAPITÃO ANTÔNIO CORRÊA BARBOSA.
- Era a primogênita dentre as porvindouras irmãs - Seria a favorita?
- Foi sobranceira dileta, predileta.
- Assistiu recepções e despedidas, ajuntamentos importantes, dramas e comédias, festanças de batizados, casamentos, natalícios, peixadas.
- Acompanham "terços", fêz-se velório...
- Presenciou idílios.
- Mudou de dono?
- Ficou sem proprietário?
- Declinou e decaiu em prestígio e supremacia?
- Rivals - o "Bosque", o "Palacete Miranda"- suplantaram-na? Chácaras Nazaré, São Pedro, Morato?...
- Caiu no olvido no desinteresse, no desconhecimento?
- Virou tapete?

5

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

⁽¹⁾ Thales Castanho de Andrade (1890-1977) - Nascido em Piracicaba, foi educador e um dos precursores da literatura infantil brasileira. Publica em 1918 "A Filha da Floresta". Em 1919 surge sua obra prima: "Saudade". Depois, paulatinamente lança a série "Encanto e Verdade" pela Ed. Melhoramentos. Autor de 64 títulos diferentes.

⁽²⁾ Reprodução da página 155 do "Almanaque de Piracicaba" ano de 1955.

- Pousou de almas penadas?
- Viveiro de assombrações?
- Asilo de paupérfimos, "pés-rapados", miuçalhas "sem eira nem beira?"
- Cumieira de corvos?
- "Ninho" de morcegos e corujas?
- Porém permaneceu incólume a cupins, carunchos, mofo, bolor, fuligem...
- Manteve-se forte como o forte varão que a construiu, inatingível às ventanias e tempestades.
- Assim, sempre-viva, vivíssima, contou anos, decênios, quinquentenários, dois séculos.
- Aclamaram-na PADRÃO, MARCO, MONUMENTO!
- Proclamaram-na MUSEU, ESCOLA, EXEMPLO MODELO, IMÃ, TESTE DE PIRACICABANIDADE.
- Titularam-na por direito, corretamente - A CASA DO POVOADOR!⁽³⁾

O Almanaque de Piracicaba de 1955, sob uma foto da Casa em ruínas registra:



"A casa que se vê no clichê acima teria sido a residência de Antônio Corrêa Barbosa, o Capitão-Povoador de Piracicaba, segundo reza a tradição oral?"

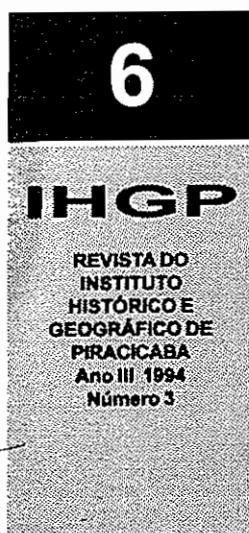
Alguns afirmam que sim, havendo mesmo o ex-Prefeito Jorge Pacheco e Chaves desapropriado o imóvel para transformá-lo em monumento histórico da cidade, exemplo do que fez São José do Rio Pardo com a cabeça de Euclides da Cunha e Ribeirão Preto com o Museu do Café.

Entretanto em que repousa a tradição? Em vão procuramos nos arquivos. O excelente ALMANAQUE DE PIRACICABA de 1.900, a melhor fonte de história local silencia estranhamente a respeito. Na imprensa, nada se achou. E mesmo a tradição oral é recente, recentíssima até."⁽⁴⁾

Pelas suas características funcionais, parece-nos ter sido ela entreposto de sal. Relegada ao esquecimento e ao abandono histórico até 1945, quando a prefeitura adquiriu o imóvel através de escritura de compra e venda, é de se estranhar que tenha resistido à ação do tempo, pelo abandono de mais de duzentos anos!...

O lar bandeirista como uma fortaleza sempre se situou em ponto estratégico, nunca beijando a água, sujeito às enchentes, ao ataque dos mosquitos e dos índios.

O estilo arquitetônico não corresponde ao século XVIII, ao exatamente de 1767, tempo do povoamento inicial, da mudança da povoação (1784) para a margem esquerda do Piracicaba, com o fim da vila militar de Iguatemi, que foi abandonada. - "Não havia mais necessidade de estaleiros para a fabricação de canoas, e do rio como barreiro que dificultava aos soldados e degredados



apanharem durante a noite a estrada para Itú, e por isso, promoveram o Capitão-diretor Antônio Corrêa Barbosa e o vigário Frei Thomé de Jesus abaixo-assinado - escreve Silveira Mello - que chegou às mãos do Capitão General Francisco da Cunha Menezes, em 6 de fevereiro de 1784, pedindo a mudança da povoação da margem direita do rio para o lado fronteiro da margem esquerda.”

Com a autorização, no dia 31 de julho do mesmo ano, depois da missa na qual o Capitão-mor, o Capitão-povoador, o mestre entalhador e armeiro e o povo haviam solicitado as Graças do Altíssimo pela intercessão da Virgem, todos se dirigiram para a margem esquerda do rio, ao lugar escolhido para a mudança. Aí, o mestre entalhador delimitou um pátio de 46 braças em quadra, para que fosse edificada a igreja matriz. Nesse mesmo local, hoje está a praça José Bonifácio.⁽³⁾

Pelo visto, em nenhuma circunstância, o fundador iria isolar-se da póvoa para construir o seu lar na barranca do rio.

A Casa do Povoador, desde a sua construção, passando de mão em mão, sofreu inúmeras reformas e ampliações, sem contudo perder suas características originais, tornando-se um retrato da memória de uma Piracicaba muito criança, que deve ser preservada para as gerações futuras.

Em maio de 1983, atendendo solicitação de Aldano Benetton Filho, Coordenador de Turismo do Município de Piracicaba, elaboramos um levantamento histórico da Casa do Povoador, que foi enviado ao CONDEPHAAT, no sentido de que este órgão, responsável pela memória-cultural-histórica, artística e folclórica do Estado de São Paulo, voltasse os seus olhos para nossa relíquia, que estava em ruínas. Ei-lo:

A CASA DO POVOADOR é um “mito” que se perpetuou pelo “ouvi dizer”. Na história documentada de Piracicaba, não há qualquer referência que a mesma tenha sido edificada pelo, ou para o Capitão Povoador Antônio Corrêa Barbosa.⁽⁴⁾

Se o registro da propriedade fosse feito na época, o problema da autenticidade ou não, da chamada “Casa do Povoador” estaria resolvido.

Em 21 de agosto de 1969, por determinação da Presidência do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), o arquiteto Raphael Gendler veio a Piracicaba e vistoriou a Casa do Povoador, da qual havia sido aberto o processo de tombamento. Na oportunidade foi acompanhado pelo então Secretário de Obras da Prefeitura e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. No dia 25 do mesmo mês, o referido técnico apresentou ao Conselho, o relatório da vistoria (processo de tombamento n.º 8571, pág. 5), do qual extraímos o seguinte trecho:

“A margem de considerações sobre legitimidade ou não da atribuição histórica que lhe é feita, reconhecemos tratar-se de um exemplar valioso para a idade, de sua arquitetura do século XIX...”

A transferência da povoação da margem direita para a margem esquerda do rio, aconteceu a partir de julho de 1784, contudo, a primeira notícia concreta que se tem da referida casa, sem qualquer referência a respeito de sua utilização ou posse, data de 1850.

Em 25 de junho de 1932, o jornal “A Gazeta”, de São Paulo, publicou um clichê com o título: “Beleza da Nossa Terra” - “Salto de Piracicaba, em 1850”. Sob a foto o seguinte texto:

“Sítio do Engenho que pertenceu a Carlos José Botelho, pai do Conde, do Pinhal e Coronel Paulino Carlos. Quadro do pintor Roberto Mertig, reproduzido do “Arquivo Pitoresco de Lisboa”, 1864, de um original desenho de Miguel Archanjo Benício d’ Assunção Dutra”.

⁽³⁾ O delimitamento da nova povoação terminou a 2 de agosto de 1784, como consta do respectivo termo. O terreno em que se delimitou e estabeleceu a povoação, foi doado pelo Capitão-povoador Antônio Corrêa Barbosa e abrangia as terras desde a barra do Itapeva, pouco acima do Salto, até a sua cabeceira e daí a rumo até a barranca do rio Piracicaba. Executando o plano fornecido por Nicolau de Campos Vergueiro, José Caetano Rosa (Alfres José Cactano) fez o arnamento da povoação.

⁽⁴⁾ Data de 24 de junho de 1766 a provisão de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, nomeando Antônio Corrêa Barbosa para o cargo de Diretor e Povoador de Piracicaba, com ordem expressa de tratar “com suavidade e sem vexação” os antigos moradores e “os que se estabelecessem de novos”... Assim, pela primeira vez, oficialmente, o nome de Antônio Corrêa Barbosa se encontra na história da fundação. Pelo que se depreende, Antônio Corrêa Barbosa já morava com sua família nos sítios de Piracicaba, vindo possivelmente de Itú. Talvez foi escolhido para “povoador” oficial por se tratar de pessoa alfabetizada, de certo destaque, pelas suas atitudes incisivas, entre os demais habitantes da povoação - segundo Leandro Guerrini. - Daí conclui-se que a morada do chamado povoador localiza-se na margem direita do rio Piracicaba.



⁶⁹Miguel Archanjo Benficio Dutra, nasceu em Itu em 15 de agosto de 1810. Seus pais foram Tomaz da Silva Dutra, de Pouso Alegre, e d. Gertrudes Maria da Conceição. Da sua infância pouco se sabe. Casou-se em 1830 com apenas 20 anos. Em 1844 transferiu-se para Piracicaba, adotando-a desde logo como sua terra. Miguelzinho não fugiu à influência de seu tempo. Era um romântico, um liberal, sempre buscou a liberdade, a justiça social e a identidade do povo brasileiro. Músico, poeta, pintor, escultor, arquiteto, latinista, versado em teologia, porém, um autodidata. Alívio, inteligente, trabalhador, bom músico, excelente organista, chegou a fabricar um órgão para a Igreja da Boa Morte de Piracicaba, que começou a edificar com cinco patucas de 100\$000 recebidas da imperatriz, na oportunidade que lhe ofertou uma imagem de Santa Teresa que esculpira em jaspe. Delc Affonso E. Taunay, o nosso historiador maior afirma: "Pintor de raça, foi talvez o homem que mais pintou o Estado de São Paulo. Percorrendo grande número de cidades nossas, aparecia em todos os momentos de festas patrióticas, pintando alegorias em arcos de triunfos, erguendo colunatas em cores bucólicas, prestando o concurso de sua inspiração ao realce das festividades cívicas e religiosas. Em outro artigo, publicado em 1921, o mesmo historiador comenta:

Segundo as anotações do pintor Archimedes Dutra (1967), bisneto de Miguelzinho ⁶⁹, a reprodução fotográfica do verso mostra uma água forte (gravura) de Pedroso, que ilustra a página 393, do VII volume do *Arquivo Pitoresco de Lisboa*, editado em 1864, referente à Cascata no Rio Piracicaba - Vila Nova da Constituição.

Para Archimedes Dutra, "tanto a gravura como o quadro são reproduções de uma aquarela original de Miguel Archanjo Benficio d' Assunção Dutra, feitas em 1850, nesta cidade de Piracicaba, no intuito de fixar o local do nascedouro".

Pelos levantamentos feitos com o auxílio do companheiro do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Jair Toledo Veiga, através de escrituras e inventários, chegamos até Manuel João Ferreira Júnior que, adquiriu por escritura, em 13 de agosto de 1890 (cartório do 1º ofício, livro 97, fl. 1) de Joaquim Ferraz de Camargo e seus filhos, a casa com o respectivo terreno na Rua do Porto. Essa propriedade, Joaquina Ferraz de Camargo recebera por herança de José Carlos Camargo. Muito se discutiu sobre o assunto, até que o prefeito municipal Jorge Pacheco Chaves através do decreto nº 22, de 05 de outubro de 1944, declarou o velho casarão de utilidade pública, a fim de ser adquirido por desapropriação judicial ou por via amigável, para constituir-se em patrimônio histórico.

No dia 29 de dezembro de 1945, por escritura lavrada no 1º tabelião (livro 344, fls. 5), a Prefeitura adquiriu de José Vigno e sua mulher Maria Buzuto, o referido, sito à Rua do Porto sob nº 1, pela importância de 8:000\$000.

José Vigno havia comprado essa casa do Dr. Holger Jensen Kock e sua mulher, em 12 de dezembro de 1929, cuja escritura se encontra no 1º tabelião (livro 231, fls. 173, transcrição sob nº 16531, fls. 179 do livro 3-Q).

O Dr. Holger Jensen adquirira o imóvel por escritura de compra e venda em 10 de agosto de 1922, do Asilo de Órfão Coração de Maria Nossa Mãe (1º tabelião, livro A-47, fls. 42).

O Asilo de Órfão Coração de Maria Nossa Mãe, torna-se proprietário da suposta Casa do Povoador em 21 de janeiro de 1922, no inventário de Maria Antonia Torres, processado no cartório do 1º ofício (gaveta ou maço nº 113).

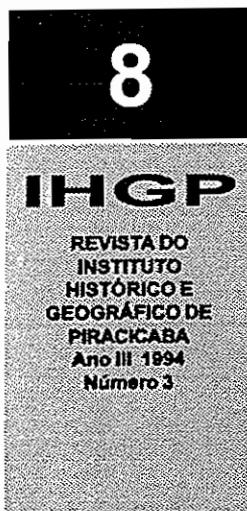
Maria Antonia Torres adquiriu o casarão em 14 de novembro de 1913, no inventário de Firmino Bueno de Oliveira (processado no 1º ofício local) (gaveta ou maço nº 8-103). Firmino era dono dos prédios de números: 6, 1, 2 e 3.

Segundo consta em escritura, lavrada em 13 de janeiro de 1909, (cartório 2º ofício, livro 93, fls. 24). Firmino Bueno comprou de Antônio Dias Nápoles e sua mulher, a "casa de sobrado" com o respectivo terreno anexo, na Rua do Porto, no quarteirão entre as Ruas São José e Prudente de Moraes.

As dúvidas começam de 1894 para trás. Neste ano, parece que Firmino Teixeira comprou a propriedade de Claudio Severiano Luz Teixeira. A escritura não foi encontrada, mas, na prefeitura, o prédio nº 21 está em nome deste.

Claudio Severiano Luz Teixeira, por escritura datada de 02 de junho de 1894, comprou de Ana Brandina de Oliveira, viúva de Manuel João Ferreira Júnior (cartório do 2º ofício, livro 61, fls. 29) por 300\$000 (trezentos mil réis), três casas, entre as Ruas Prudente de Moraes e São João, à margem esquerda do Rio Piracicaba.

Do inventário de Manuel João Ferreira Júnior (cartório do 1º ofício, gaveta 28) coube metade dos bens, para a viúva e a outra metade a Sebastião das Neves Ribeiro, casado com sua filha, Maria Ferreira das Neves. Neste inventário foi descrita uma "casa de sobrado" na Rua da Praia, nº 6 (Casa da Alfândega), que dividia por um lado com Ana de Arruda (Ana Joaquina de Arruda), mulher



de José Campos Negreiros, do outro lado com a Rua São José. Pelos fundos com a propriedade de Antônio de Faria de Souza, com o moinho e serra d'água, avaliado em 2:300\$00 (dois contos e trezentos mil réis).

No testamento de Ana Joaquina de Arruda, falecida em 20 de dezembro de 1847, esta declara ser filha de Maria Flôr Morais (ou Flora) viúva de um emigrado que manteve um escandaloso romance com o comandante Carlos Bartolomeu de Arruda.⁶⁾

Há uma curiosa correspondência de autoria do padre Francisco Assis Pinto de Castro (Prof. de Latim e Francês, em 1856, nesta cidade de Piracicaba), na qual, em uma das cartas, datada em 1858, descreve e desenha os principais edifícios da "Vila da Constituição" havidos na época.

Quando o padre descreve os "prédios de sobrados" cita entre outros, o existente na rua da Praia (Hoje Avenida Beira Rio):

"Sobrados - O do Sr. Rocha, do Sr. Morato, o Sr. Antonio de Barros, o do Sr. Dr. Torquato, o da Senhora dona Hermelinda, professora de primeiras letras, o do Sr. Braz, o do Sr. Henrique Alemão, um outro cujo nome não sei, na rua da Praia."

Este último só pode ser a chamada "Casa do Povoador", que aparece no volume VII do Arquivo Pitoresco de Lisboa.

Contando com a atenção do confrade Guilherme Vitti, dedicado Historiógrafo, arquivista e docilógrafo do passado piracicabano, encontramos no 1º livro de Atas da vereança (fls. 45 v.), uma resolução que nos leva a concluir que, a havida "Casa do Povoador" já existia antes de 1824, pois a partir desta data, ao que parece não foi construída qualquer outra edificação no lado direito da rua do Porto rente às águas do Piracicaba, em razão de proibição determinada por resolução da Câmara, como se pode inferir da leitura da citada ata. Para melhor observações transcrevemos o trecho do texto em questão:

"VEREANÇA (1º livro de Atas fls. 45 v)

Aos nove de junho de mil oitocentos e vinte e quatro, nesta Villa da Constituição e Casas da Residência do Juiz Ordinário, Manoel Joaquim Pinto de Arruda, onde.....Outrossim observarão que, fazendose quarteiroens regulares de quarenta braças, restavão na proximidade do Rio, trinta braças de extençam, que non dá para outro quarteirão e livre servidão na margem do Rio e, por isso, asentarão acrescentar oito braças ao último quarteirão, e deixar o resto para servidão da margem do Rio, onde nam será permitido levantarem edificio algum. Nada mais houve, e assignaram o Piloto Feliz Leme e, Antonio do Espírito Santo, assignou o seu signal costumado, que he huma cruz, e eu, Antonio de Campos Bicudo, Escrivam que o escrevi. Assigno como Presidente desta Corporação, não porque ahi he a dita Rua alinhada directa para o fim, tendo no principio hua largura, no fim acrescẽ dez braças, mais ou menos. Arruda. Soares. Amaral. Conceiçam. Correia. Felis Leme de Oliveira. Cruz de Antonio + do Espírito Santo".

Reconhecendo o valor memorial da CASA DO POVOADOR, depois desapropriada e adquirida pela Prefeitura, atendendo a uma solicitação do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Vinicio Stein Campos, Conselheiro-Secretário do Conselho de defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado propôs ao Órgão a abertura do processo de tombamento, isso em 31 de março de 1969.

"Vivia nessa época na provincia de São Paulo, em 1846, um artista modesto, a quem deve a iconografia paulista assinalados serviços: o itano Miguel Arcanjo Benício d'Assumpção Dutra, homem que deve ter tido singular intuição artistica para resistir à ação asfixiadora do meio tão atrasado do Brasil, seu contemporâneo sobremodo avesso à arte. Pintava graças aos dotes naturais e seus desenhos e aquarelas ingênuas e primitivas, tem hoje um valor documental. Foi quem desenhou a série de vistas que ornã a planta de 1841 de Rufino José Belizario e Costa, os mais antigos documentos iconográficos conhecidos na capital paulista".

"Pelos idos de 1776 era comandante do destacamento "da força armada" da freguesia, Carlos Bartholomeu de Arruda. Natural de Itu, onde havia deixado a familia, tornou-se na povoação muito estimado de todos, pela influencia que tinha sobre Capitão-Fundador, homem reconhecidamente perverso, violento e mau político. Era ele quem abrandava o péssimo gênio de Antônio Corrêa Barbosa, evitando muitas vezes que nos seus momentos de cólera cometesse desatinos.

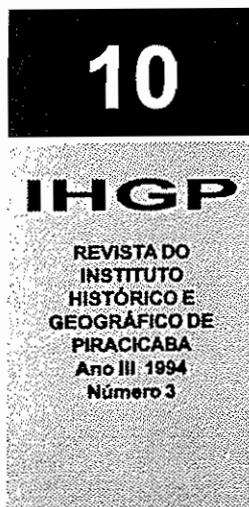
Foi esse homem motivo de escândalo e de muito mexerico na jovem população. Tendo falecido um rico emigrado, da qual era amigo, Carlos Bartholomeu passou a consolar a jovem viúva, visitando-a todas as noites.

9

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

Com o tempo, o fala-fala foi crescendo e passou dos cochichos aos protestos dirigidos ao Capitão Povoador, sobre aquela consolação escandalosa. Antônio Corrêa Barbosa foi obrigado a inteirar-se do fato e levá-lo ao conhecimento do Capitão-mor de Itu, pedindo a retirada do comandante da força. Porém, quando a população ficou sabendo da possível partida de Bartholomeu, temendo a falta de "friejo" do Povoador, fez uma representação em favor de sua permanência no posto. Frente aos acontecidos, o Capitão Diretor determinou que a dita viúva fosse exilada para Itu. Esta por sua vez, chegando ao exílio, requereu ao Capitão geral de São Paulo o retorno à Piracicaba, alegando que o ato imposto pelos capitães havia sido "uma arbitrariedade, dizendo ainda que, havia deixado bens em Piracicaba e que os mesmos estavam sendo roubados e delapidados. Resultou desta petição seu retorno e uma ordem a Antônio Corrêa Barbosa expressa nestes termos: "Não consinta que Carlos visite Flora em casa desta e nem que esta visite o comandante em casa deste, e além disto que não se encontre em parte alguma, até mesmo na capoeira".



Em 09 de março de 1970 o Secretário de Cultura da época. Orlando Zancaner, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969, decretou o tombamento da Casa do Povoador como monumento histórico do Estado de São Paulo. Essa resolução foi publicada no Diário Oficial de 10 de março de 1970 (Pág. 48).

No ano seguinte, em 31 de março de 1971, o Prefeito Cássio Paschoal Padovani recebeu através do ofício PC-15/71, autorização do "CONDEPHAAT" para executar obras de emergência na "Casa do Povoador", pois esta encontrava-se em ruínas.

Em primeiro de dezembro de 1971, o engenheiro Fernando Nunes de Abreu assinou o laudo de conclusão de Obra. A vistoria pelo CONDEPHAAT deu-se em março de 1972, em cujo laudo assinado pelo arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos há severas críticas:

"Não houve, ao contrário do que se diz em fls. 60 deste processo, trabalhos de restauração. Podemos dizer simplesmente que foi feito um razoável serviço de consolidação e reparação, serviço esse necessário a uma futura restauração, pois esta exige certas pesquisas locais que não foram executadas; pede a substituição de elementos estruturais de acordo com as tendências, usos e costumes da época e aconselha a reposição de elementos de composição arquitetônica com maior cuidado".

Em 22 de julho de 1980 realizou-se a primeira reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba ⁷ CODEPAC, na qual ficou determinado que os Conselheiros Guilherme Vitti, Alberto Tomazi e Hugo Pedro Carradore buscassem toda a documentação referente à Casa do Povoador, referente à sua restauração que já se iniciara, naquele mês por autorização do CONDEPHAAT. Pretendia o Conselho de Piracicaba que esta restauração fosse realizada exatamente como aquele prédio se apresentava no tempo, ou pelo menos num tempo próximo à sua edificação.

Por motivos dos quais as justificativas não conhecemos essa restauração foi interrompida e a Casa do Povoador encontra-se hoje em estado de abandono.

Frente a tantas evidências de que a "CASA DO POVOADOR" é indiscutivelmente um marco da história da povoação de Piracicaba, cabe a todas as forças vivas desta cidade lutar pela sua preservação.

BIBLIOGRAFIA

- ALMANAQUE DE PIRACICABA - para o ano de 1900
 CARRADORE, Hugo Pedro - Retrato das Tradições Piracicabanas, Ed. Prefeitura Municipal de Piracicaba, SP, 1978.
 GUERRINI, Leandro - História de Piracicaba em Quadrinhos, Ed. do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, SP, 1970.
 KRAHENBUHL, Hélio Morato - Almanaque de Piracicaba, Tipografia Paulista, Piracicaba, 1955.
 LEANDRO, Luiz - Subsídios para a História da Cidade de Piracicaba, Ed. Jornal de Piracicaba, SP, 1861.
 NEME, Mário - Piracicaba (Documentário), Tipografia Paulista, Piracicaba SP, 1936.
 VON TSCHUDI, J.J. - Reisen Durch Sud Amerika, Vol. V, Biblioteca Paulista, Liv. Martins, SP, 1954

PALAVRAS-CHAVE

Casa do Povoador - Escrituração - Fundação - Piracicaba - Testamentos.

MEMÓRIA
PIRACICABANA

PIRACICABA "BOCA DE SERTÃO":

o Porto, a Paragem, a Sesmaria, a Povoação
(1723-1767)

Marly Therezinha Germano Perecin

ANTIGOS CAMINHOS PAULISTAS

Os paulistas sempre se orgulharam de ser leais vassallos do Rei de Portugal e servidores dedicados da Coroa. Ao longo do séc. XVIII, sustentando-se nas suas bases, os seus bens afazendados, às vezes, precariamente, exercitavam a sua vocação de sertanejar, dilatando as atividades nas áreas mineradoras e na defesa das fronteiras. Quase todos, morrendo no anonimato e na pobreza, deixando por herança o nome de paulistas e, no chão, uma grande pátria.

Ao chegar no Estado do Brasil para assumir o governo da Capitania de São Paulo, em 1721, D. Rodrigo Cesar de Menezes dispunha-se a materializar a principal das incumbências contidas nas suas "Instruções Régias": a abertura dos grandes caminhos coloniais. A descoberta de um prodigioso centro de mineração em Mato Grosso destacava o seríssimo problema do abastecimento daquela área. Objetivando estabelecer um caminho terrestre entre São Paulo e Cuiabá, intencionou o famoso "Picadão de Mato Grosso".⁽¹⁾ Eis na sua gênese a concordância em que se empenharam os grandes nomes do sertanismo paulista e da qual saíram-se, aparentemente vitoriosos, Luís Pedroso de Barros e seu sobrinho Manuel Dias da Silva, entre 1723 e 1726.

As preocupações com o ouro decidiram a viagem do Capitão General em 1726 (quando o caminho já se achava em fase de aperfeiçoamento), para Cuiabá, onde permaneceu entre 1726 e 1728. Estranhamente, preferia a longa e arriscada monção por Araraitaguaba ao caminho terrestre. Observações feitas "in loco", decidiram-no pelo fechamento daquele eldorado a todo o tipo de forasteiro, comerciantes e escravos, que pudessem evadir o metal como receptadores ou contrabandistas. Valeu-se de medidas opressoras da legislação colonial contra os mineiros, contra os ourives e joalheiros, aos quais exigiu o fechamento das oficinas e das barracas.⁽²⁾ Quanto ao Picadão, caminho recentemente aberto e de vital importância no abastecimento das áreas de mineração, proibiu-o, ainda em 1726. Apenas consentiu que o mesmo fosse utilizado, durante algum tempo, exclusivamente nas viagens de ida, obrigando o regresso pelo tradicional caminho das monções, e, em seguida, interditou-o em definitivo, amparado na ordem régia de 1730.

Obrigando o trânsito para o Centro-Oeste tão somente pelos rios, com a finalidade de "evitar os descaminhos do ouro e outros expedientes

(1) Leonardo Arroyo - Relação do Tietê, p.38.

(2) Boxer - A Idade de Ouro do Brasil, p.273-274.

11

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

(3) Boxer - Op. cit., p.278.

(4) Leonardo Arroyo - Op. cit., p. 38 e 39.
José Allipio Goulart - Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil, p.46.

(5) Pedro Taques - Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica, p.172.

(6) Marly T. G. Percéin - O Picadão de Mato Grosso (2ª) J.P., p. 2.

inconfessáveis”, D. Rodrigo Cesar de Menezes confinava os mineiros de Mato Grosso e Guaporé, sujeitando-os à defícil rota das monções, a fim de submetê-los aos Registros instalados nos pontos principais das passagens. ⁽³⁾

Estranhamente zeloso na defesa dos interesses reais, não impediu que o seu sócio, Sebastião Fernandes do Rego, abocanhasse o pesado cofre dos quintos reais do ouro, nem que se consumasse a perseguição (por motivos de cobiça e vingança) sobre os Irmãos Leme, famosos sertanistas de Itu. Em contra-partida, a sua exigência sobre os caminhos fluviais atraiu a atenção indígena para o saque dos comboios. A partir de 1725, os caminhos fluviais assinalavam-se pelas tragédias provocadas pelas insidiosas moléstias que acometiam, já, em pleno Tietê, e pelos mortíferos ataques indígenas, ao longo das bacias dos rios Paraná e Paraguai, provenientes das três grandes nações: caiapó, paiaguá, guaicuru.

A sua alegação a respeito da insuficiência de animais para o transporte terrestre às regiões mineiras não era totalmente infundada, porém, é sabido que, no final da década de vinte, começavam a chegar a São Paulo as primeiras tropas de muares. Poucos anos, posteriormente, no governo de Francisco Caldeira Pimentel, o Capitão Cristóvão Pereira de Abreu abriu a famosa estrada do Viamão até Sorocaba, conhecida por Estrada Real, em 1733. ⁽⁴⁾ Dava-se início ao ciclo do luar e às feiras sorocabanas que despejavam em São Paulo os colossais rebanhos provenientes das áreas sulinas de criatório, vindo a possibilitar a organização de um complexo viário e um sistema de transportes para todas as Capitânicas do Estado do Brasil.

A interdição do Picadão de Mato Grosso deitou consequências sobre o sertão do Piracicaba, arruinando as esperanças dos sesmeiros e posseiros que, logo após a abertura do caminho, buscaram estabelecer-se nos pontos estratégicos, particularmente, entre Itu, Capivari e o porto de Piracicaba. A intenção de fazer bons negócios com o produto das roças e do criatório destinado ao abastecimento dos comboios para Mato Grosso, logo caiu em desânimo. Salvavam, ainda algumas canoas procedentes do Tietê ao porto de Piracicaba, mas não era alento suficiente para fixar povoamento naquele sertão.

O declínio dos rendimentos da mineração, a partir de 1732, a ligação terrestre entre Cuiabá e a estrada nova de Goiás, em 1737, a separação de Mato Grosso da Capitania de São Paulo e a extinção desta, em 1748, liquidaram as chances de ocupação e povoamento no sertão do Piracicaba, até 1767.

O PICADÃO DE MATO GROSSO

Abrir às próprias expensas um caminho daquela magnitude era desafio para os mais renomados sertanistas. Dadas as precárias condições materiais e as ciclópicas dificuldades, poucos estavam em situação de corresponder, por mais interessantes que fossem as recompensas em rendimentos ou títulos enobrecedores. Houve tentativas fracassadas. ⁽⁵⁾

Luís Pedroso de Barros, um dos mais famosos Cabos de Guerra dos paulistas, durante Emboabas, executou a façanha, correndo todos os riscos, e o fez, inteiramente de graça, como parte de um acordo mediante o qual receberia o perdão por um crime que não cometera. Em oportunidade anterior, já contamos o seu envolvimento na assuada ao Dezembargador Sottomayor, episódio que lhe valeu dez anos de exílio forçado nos sertões do Vale Médio do Tietê. Foi-lhe um tremendo sacrifício! Bandeirante não gosta de morrer na cama nem de assistir enferrujar as juntas do corpo. ⁽⁶⁾

Não resistindo àquela mortificação o grande paulista de Santana de Parnaíba acabou pedindo indulto ao governador português, oferecendo em troca os seus



serviços em favor do caminho para Cuiabá. Aliás, não falava unicamente por si, mas por todo o grupo que comandava. Era um grande nome, exímio conhecedor dos caminhos, particularmente no Oeste paulista; a sua gente ardia por mobilidade e aventuras. Quem eram? Todo o tipo de agregados, inclusive a parentela e os amigos, mais a valente caboclada e os bugres.⁽⁷⁾

Fechado o acordo, entrou em cena um personagem da sua inteira confiança, o ituano e também valente sertanista, Felipe Cardoso, o qual partiu com gente debaixo do seu comando para a abertura da primeira picada, aqui que seria o segmento inicial do Picadão do Mato Grosso. Este é um dos primeiros personagens documentados da historiografia piracicabana. Realizou-a, provavelmente, no segundo semestre de 1722 ou no primeiro semestre de 1723, completando a variação dos sertões do Tietê e do Capivari, até o porto do rio Piracicaba.⁽⁸⁾

A paragem do Piracicaba era conhecida remotamente pelos sertanistas de São Paulo. O porto, estabelecido ao pé do Salto, era buscado pelos entradistas provenientes de Itu, através do caminho fluvial do Tietê e do Piracicaba, após sete a oito dias de viagem. Outros caminhos conhecidos pela cultura indígena também traziam à Piracicaba, mas este era o preferido pelos antigos paulistas. A principal referência geográfica era o porto, imemorialmente estabelecido junto ao Salto, considerado um marco nas rotas de penetração aos Morros de Araraquara (São Pedro), onde a tradição bandeirante dizia existir ouro. Os caminhos dos antigos paulistas firmavam-se sobre as velhas trilhas indígenas e eram objeto do maior segredo. A velha trilha caiapó, conectando o Porto de Piracicaba aos Morros de Araraquara, não fazia exceção; era patrimônio bandeirante. Parece que a novidade introduzida por Felipe Cardoso no séc. XVIII foi viabilizar a ligação terrestre, direta, entre Itu e o porto do rio Piracicaba, reduzindo à metade a longa jornada fluvial. Provavelmente outro segredo bandeirante colhido à cultura indígena!⁽⁹⁾

Felipe Cardoso executou a sua parte na empreitada. Aberto o caminho, cabia-lhe arrancar-se com sua gente junto ao porto para facilitar as operações de Luís Pedroso de Barros que lhe vinha ao encaicho. Haveria de aguardá-lo, dar-lhe passagem sobre o rio, abastecer-lhe a expedição, guarnecer-lhe a retaguarda, enquanto perdurasse a devassa no rumo do rio Paraná. Era o vínculo permanente com os centros da civilização, Itu, Santana de Parnaíba, São Paulo. Futuramente, planejava tirar partido do seu feito, mas enquanto duraram as operações de abertura do Picadão de Mato Grosso, prestou toda a indispensável assistência a Luís Pedroso de Barros e forneceu-lhe víveres gratuitamente.⁽¹⁰⁾ Portanto, quando em 02/08/1723, aquele partiu da sua vila natal, já funcionava um estabelecimento em Piracicaba, tocado pelos bugres e caboclos do seu comandante, Felipe Cardoso. Já se investira cabedais junto ao porto do rio Piracicaba.

HISTÓRIA E FICÇÃO

Podemos reconstituir de memória o que foi o encontro destes velhos sertanistas de São Paulo naquele mês de agosto de 1723.

Um belo dia, percorrendo a árdua trilha, aparece no topo da esplanada da Catedral (praça José Bonifácio), então coberta pela densa mata subtropical, o grande Cabo de Guerra, Luís Pedroso de Barros. Ei-lo, descendo com a sua gente a ladeira do Picadão (a rua Morais Barros). As suas botas de sete léguas vêm a macerar a poeira de um novo caminho; os caboclos têm pés ligeiros, pernas de bugres correm mais do que pensamento. Vêm muito animosos, deixaram Itu há três ou quatro dias e nem apresentam cansaço! Ao divisar o

(7) *idem, ibidem* - (3*) J.P., p.2.

(8) Marly T. G. Perocin - *Op. cit.* (3*) J.P., p.2.

(9) Jorge Balestrini F. - *O Caminho de Luís Pedroso de Barros. Rev. IHGSP, vol. LXVI, p.92 e p.99.*

(10) Livro de Sesmaria (1720-1736). Doc. XXXVIII, p. 124-126.

13

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

(11) Documentos interessantes, vol. XX, p. 101, p. 111-112. Idem, vol. XXXII, p. 119-120 e p.158-159.

(12) Livro de Sesmaria (1720-1776). Doc. XXXVIII, p.124-126.

curso d'água do Piracicaba, deslizando no fundo do vale, despertam a mata, estrondeando a trabucada, estremeçando as feras.

A resposta vem solerte, da outra margem do rio. O pessoal estabelecido no porto desce a rampa e embica as canoas para a margem esquerda. Finalmente, vão se juntar! Ainda no barranco (Largo dos Pescadores), a valente bugrada de Luís Pedroso Barros rende a sua homenagem à Piracicaba, soltando brados, tocando inúbias, num arremedo guerreiro. Os mais hábeis frexeiros lançam-se ao solo, retezando os arcos com a musculatura das pernas, atiram para o céu os pontacos atados às fitas coloridas que percorrem graciosa curvas indo ferir a superfície das águas. Não sabiam, mas premoniciavam as festividades profanas com que os piracicabanos homenageiam o Divino Espírito Santo e o aniversário da sua cidade, mediante grande aturdimento de fogos, folias expressivas, cantares e arrepios de viola.

A PARAGEM

O caminho terrestre entre Piracicaba e a barranca do rio Paraná foi completado em 1724, a duríssimas penas, por Luís Pedroso de Barros. Foi tarefa gigantesca, mas insuficiente para obter o perdão. Lembramos que a conexão terrestre entre Cuiabá e o Paraná pré-existia. O Capitão-General D. Rodrigo Cesar de Menezes exigiu o seu aperfeiçoamento, forçando nova expedição, e, só lhe concedeu o indulto em 1725, acrescido de um Hábito de Cristo com tença de cinqüenta mil réis mercê a que Luís Pedroso de Barros renunciou em favor do sobrinho e grande colaborador, Manuel Dias, por não possuir filhos homens.⁽¹¹⁾

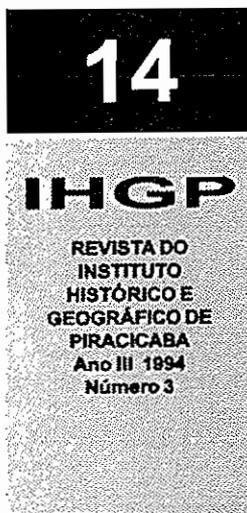
O chamado Picadão de Mato Grosso exigiu, ainda, maiores demandas, reparos, aperfeiçoamentos. O livre trânsito só foi conseguido em 1726, quando Manuel Dias conduziu um grande comboio de gado e cavalgaduras para Cuiabá. Podemos aquilatar a importância do porto de Piracicaba, ponto vital na comunicação para o NO, a oferecer transporte entre as duas margens, abastecer os comboios, a dar hospedagem e todo o tipo de assistência aos viajantes com o produto das suas roças, do seu artesanato de farinhas, do seu gado e das suas carnes curadas. Era a Paragem de Piracicaba, a meio do sertão!

Deste caminho pendiam as esperanças de Felipe Cardoso, valente e pacientemente, ali estabelecido com o seu pessoal, desde 1723. Agora, que o projeto do Picadão se materializava, antevia enormes possibilidades e desejava tirar partido. Movido dos mais sinceros propósitos, solicitou ao Capitão General de São Paulo a concessão de uma data de terras de sesmaria, a qual fazia jus pelos seus legítimos méritos na abertura da picada entre Itu e Piracicaba, às suas expensas: Obteve-a em 1726, tornando-se, inegavelmente, o primeiro povoador de Piracicaba, conhecido e documentado.⁽¹²⁾

A SESMARIA DE FELIPE CARDOSO: CONCESSÃO

Esta tentativa de ocupação sesmeira aparece através do "Registro de uma Carta de Data de uma légua de terra em quadra de Felipe Cardoso da Vila de Outu". Trata-se do Doc. XXXVII inserto às páginas 124-125 do Livro de Sesmarias (1720-1736). Vol. III Edição do I.H.G.S.P., 1937, sobre originais do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo.

A sesmaria foi concedida durante o governo de Rodrigo Cesar de Menezes, Capitão General de São Paulo, em nome do Rei D. João V, datando de 26/06/1726. Como o documento vem redigido em linguagem da época, sobrecarregado de formalidades, tentamos reduzir os seus principais conteúdos:



- Felipe Cardoso reivindicava aquela posse em função dos seus justos méritos pela abertura de um caminho terrestre entre Itu e Piracicaba, executado às próprias custas, e, por haver abastecido, gratuitamente, Luís Pedroso de Barros e os seus sertanistas na demanda do caminho do Rio Grande (Paraná).

- Ao solicitar uma sesmaria junto ao porto de Piracicaba, abrangendo as duas margens, lembrava existir muita terra vaga naquela área.

- Sendo atendido, em razão dos serviços prestados, foi-lhe concedido o direito de posse (comunicada aos seus herdeiros) de uma légua de terra em quadra, tendo por centro o porto de Piracicaba, porém, dentro de condições, de proibições taxativas e dispositivos sobre os pagamentos dos dízimos dos religiosos (regulares ou seculares).

- As condições: Pagamento do dízimo, preservação dos paus reais para a construção de embarcações, prática do cultivo, demarcação dos limites, confirmação da posse, dentro de dois anos, concessão de passagens (caminhos, pontes e portos) e uso de fontes e pedreiras.

- As proibições. A sesmaria não podia ser vendida sem ordem expressa de S. Majestade; ocorrendo descoberta de metais, o sesmeiro não teria propriedade das minas que ficavam sujeitas à legislação; havendo criação de vila naquele local, o sesmeiro deveria conceder terra para a instalação de rossio e bens do Concelho.

Ressalvava-se terminantemente que o não cumprimento de qualquer uma destas exigências implicava na perda da sesmaria, podendo a mesma ser atribuída a quem a solicitasse.

A SESMARIA DE FELIPE CARDOSO: CONFIRMAÇÃO

O registro da confirmação da sesmaria passada a Felipe Cardoso consta do Livro de Sesmarias (1639-1728), Vol. II, Edição do I.H.G.S.P., 1937, situando-se entre as páginas 492 e 497. O documento original encontra-se no departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

Ali encontramos a palavra do Rei D. João V sobre Piracicaba: - "pedindo-me o dito Felipe Cardoso que porquanto o dito governador e Capitão General da Capitania de São Paulo lhe fizera mercê em seu nome de lhe dar de sesmaria as terras sobreditas... hei por bem fazer-lhe mercê de lhe confirmar. Cidade de Lisboa Ocidental, aos seis dias do mês de fevereiro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1728".

A confirmação d'El Rei vinha precedida do despacho do Conselho Ultramarinho (21/01/1728). O assentamento no Livro das Mercês, o Registro na Chancelaria-mor da Corte e do Reino, o Registro no Livro de Ofícios da Secretaria do Conselho ultramarinho vêm datados de 13, 15 e 20 de março de 1728, respectivamente.

Tratava-se de operação cara e extremamente burocratizada. As últimas providências eram tomadas no Brasil, mediante a ordem do "cumpra-se como S. Majestade manda", emitida pelo Capitão General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel em 01/08/1729. Completava-se com a advertência de que a posse só teria vigor caso a sesmaria fosse medida e demarcada.

Ainda se justapunha um último assentamento da parte da Secretaria do governo, indicando que se achavam cumpridas todas exigências e formalidades de estilo, o qual vem datado de 02/08/1728. Felipe Cardoso entrava no legítimo gozo da sesmaria, desfrutando deste direito até 1760, quando transferiu-o ao sobrinho Francisco Cardoso de Campos.

15

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

(13) Documentos Interessantes, vol. XX, p. 191 e p.192.

Leandro Guerrino - História de Piracicaba em Quadrinhos, p.8-9.

(14) Mário Neme - História da Fundação de Piracicaba, p.27 e p.33.

(15) Livro de Sesmaria (1720-1736). Doc. XXXVIII, p. 124-126.

(16) Documentos Interessantes. Vol. XII, p.90-91.

(17) Brasil Bandecchi - Origem do Latifúndio no Brasil, p.11 e p.27.

Maria Celestina Teixeira Mendes Torres - Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império, p.17-21.

AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE PIRACICABA

Estabelecido no porto de Piracicaba, desde 1723, Felipe Cardoso apostou alto no futuro. Não tardou que os seus planos de prosperidade material começassem ruir, tão logo o Capitão General, mentor do projeto do Picadão veio a proibir, em 1726, a utilização do mesmo alegando as dificuldades materiais em inibir os descaminhos do ouro. A proibição foi mantida pelo seu sucessor, Antônio Caldeira Pimentel.⁽¹³⁾ A sesmaria de Felipe Cardoso entrou a vegetar, pouca gente descia a rampa da rua Moraes Barros e pedia passagem para os Campos de Araraquara ou vice-versa. A Carta Régia de 10/01/1730 confirmando a proibição de D. Rodrigo Cesar de Menezes, liquidava as pretensões do sesmeiro e, quiçá, as chances daquele estabelecimento evoluir no rumo de uma futura Povoação ou de uma Freguesia.

Que houve um momento de florescimento, é inegável. Felipe Cardoso, se não é o primeiro sesmeiro de Piracicaba (outro houve, apenas nominalmente), é o seu primeiro explorador e povoador reconhecido. Que da sua iniciativa houve um povoamento inicial, sobrevivente à experiência fracassada, é inegável. Provam-no alguns documentos datados entre 1729 e 1733. A própria forma pela qual se fundou oficialmente a Povoação de Piracicaba, em 1767, permite levantar-se hipótese a respeito de um povoamento residual, remanescente à sesmaria. Tudo relaciona-se aos imprevisíveis da política mercantilista portuguesa aplicada à Colônia, aos ditames que ora valorizavam ora desvalorizavam os sertões do Vale Médio do Tietê

ANTECEDENTES

Verificando as fontes mais fidedignas sobre a distribuição de terras nos sertões do Piracicaba, anteriormente aos descobrimentos de minérios em Mato Grosso, constatamos a primeira concessão de Carta de Data de Sesmaria em 1693, requerida por Pedro de Moraes Cavalcanti e sem confirmação. A fonte é Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, o célebre autor dos "Apontamentos Históricos, Estatísticos, e Noticiosos da Província de São Paulo", citado inúmeras vezes por Mário Neme. A localização da sesmaria correspondia a uma e outra banda do rio, ficando-lhe o Salto no meio⁽¹⁴⁾

Não se questionando o valor documental desta referência de Azevedo Marques, acreditamos que a área correspondente a esta sesmaria original acabou caindo na condição de terra devoluta, caso contrário, não teria sido concedida a Felipe Cardoso em 1726, dentro das condições alçadas.

⁽¹⁵⁾Uma das primeiras coisas que este lembra é a existência de muita terra vaga no porto de Piracicaba, argumento que reforça a tese de que apesar de conhecido pelos paulistas, desde o séc. XVII, aquele sertão de Piracicaba não despertava interesse à exploração econômica. Como as diversas tentativas de prospecção de ouro nos Morros de Araraquara nunca deram resultados positivos, os mesmos permaneciam totalmente desvalorizados.⁽¹⁶⁾

A intenção revelada na antiga legislação portuguesa, que presidiu a concessão de terras em regime de sesmarias (sesmar: dividir), é suficientemente clara (Lei de D. Fernando datada de 26/06/1375). Quando um requerente ganha uma data, compromete-se a prová-la e desenvolvê-la. Este é o sistema transplantado ao Brasil onde sofreu adaptações, dadas a continentalidade e as exigências de povoamento. Tomou-se a prática mais corriqueira da Coroa de Portugal, através dos seus prepostos, embora não houvesse uma medida padrão para as áreas concedidas.⁽¹⁷⁾



A MINERAÇÃO NO CENTRO-OESTE

Observamos que a valorização dos sertões dos rios Capivari e Piracicaba, unificados na cartografia da época sob a designação comum de "Sertão do Piracicaba", dependeu da descoberta do minério matogrossense; as minas de Coxipó-mirim (1718) por Pascoal Moreira Cabral e do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1720) por Miguel Sutil. O fato desencadeou o projeto do Capitão General de São Paulo, D. Rodrigo Cesar de Menezes (1721) de estabelecimento do caminho terrestre para Cuiabá, o qual foi executado por Luís Pedroso de Barros, entre 1723-1724, e complementado pelo Mestre de Campo Manuel Dias da Silva em 1726.⁽¹⁸⁾ Nesta conexão se insere o segmento elaborado por Felipe Cardoso, reconhecidamente o primeiro sesmeiro efetivo no porto de Piracicaba, justamente porque a sua solicitação, a concessão pela autoridade portuguesa em São Paulo e a confirmação da Carta de Data de sesmaria, efetuada pelo Rei D. João V, acham-se eficientemente documentadas.⁽¹⁹⁾ Era notoriamente reconhecido, dentro do espírito e da prática da Lei, que uma sesmaria concedida (1726) só podia ser confirmada (1728) se a área doada se achasse ocupada, povoada e em processo de desenvolvimento pelo requerente.

Sertão de Piracicaba era designação genérica, parecendo informar toda a vastidão compreendida entre o rio Tietê, ou mais precisamente, o Morro da Samambaia (divisor de águas entre a vertente do Capivari e do Tietê) e os Morros de Araraquara (São Pedro). Neste sertão também se costumava citar a "paragem do Piracicaba" e o porto de Piracicaba; apenas este tinha localização precisa, ao pé do Salto.

No período em que se desenvolveu uma mineração matogrossense, os ituanos solicitaram, reiteradas vezes, e receberam datas de sesmarias na direção de Araraitaguaba, que por sua vez evoluiu à condição de Freguesia (1728). Em suas reivindicações alegavam haver encontrado muita terra sem cultura, inteiramente desaproveitada e disponível. O avanço povoador em direção daquele grande porto das monções se justificava plenamente, já que o Tietê se tornara rio mineiro, exigindo uma retaguarda de abastecimento. Com relação ao sertão compreendido entre Itu e Piracicaba, o fenômeno era mais raro, embora, fosse do conhecimento daquela e de outras vilas paulistas, que naquela área havia muitas terras devolutas e sem senhorio.

No caso específico do sertão de Piracicaba, era a aproximação com Itu que ditava o interesse, primeiramente para o vale do rio Capivari. Dentro deste objetivo em 1728, Francisco Coelho Santiago, morador de São Paulo, dizendo-se possuidor de muitos escravos, mas sem terras onde pudesse fazer roças, pedia uma "sesmaria no sertão de Piracicaba", mais particularmente, na margem do Capivari, no "sertão que se acha entre Piracicaba e Vila de Itu"⁽²⁰⁾ Logo em seguida, era concedida outra sesmaria junto ao rio Capivari, contígua à primeira, a Manuel Lopes Castelo Branco.⁽²¹⁾ A concessão da sesmaria junto ao porto, em 1726, a Felipe Cardoso era exceção que dizia respeito ao Picadão de Luís Pedroso de Barros, logo desativado, resultando efêmera a expectativa de valorização.

Observamos que, no mesmo ano da confirmação da sesmaria a Felipe Cardoso, 1728, eram concedidas outras duas junto ao rio Capivari. Estes são os três sesmeiros conhecidos no sertão de Piracicaba e as suas propriedades tinham a mesma área, 1 légua em quadra, ou sejam 43.560 m². Apesar de fraco o interesse econômico com relação ao sertão do Piracicaba, estas três iniciativas demonstram que havia envolvimento de sesmeiros e ocupação da área.

(18) Marly T. G. Percin
Op. cit. (4^o).

Documentos Interessantes.
Vol. XXVII, p.158-159.

(19) Livro de Sesmarias
(1639-1728), Vol. II, p. 492-497.

(20) Maria Celestina Teixeira
Mendes Torres - Op. cit., p.22.

(21) Mário Neme - Op. cit.,
p. 32-33.

17

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

(22) Leandro Guerrini - História de Piracicaba em Quadrinhos, p.8-9.

(23) Segunda Notícia Prática - Relatos Monçoneiros, p.132.

(24) Idem, *Ibidem*.

A RETAGUARDA NO MOVIMENTO MONÇONEIRO

Estabelecidas as ligações entre o sertão de Piracicaba e o “rush” aurífero para Mato Grosso, ressalva-se a posição daquela rústica sociedade estabelecida recente e precariamente, à retaguarda do movimento monçoneiro. Provam-no os documentos entre 1723 a 1733.

OS REGISTROS DO OURO

A enorme preocupação com os descaminhos do ouro cuiabano, transportado daquelas longínquas caxambus para a Casa de Fundação e Quintagem de São Paulo, não só interdito o Picadão de Luís Pedroso de Barros como deitou contínua vigilância sobre os pontos eventuais da sua passagem, os “Registros”, estabelecidos pelo governo, e os povoados. Por falta de visão administrativa, o Capitão General de São Paulo preferiu interditar o Picadão a dispendir recursos para criar novos “Registros” ao longo deste caminho. Perdia-se a iniciativa, mantinha-se o perigoso itinerário fluvial entre Araraitaguaba e Cuiabá, e, posteriormente, dava-se preferência à variante para Goiás.

No Vale Médio do Tietê, a Vila de Itu gosava o privilégio de sediar o registro, excluindo-se quaisquer outros pontos de passagem, tais como o importante porto das monções, Araraitaguaba, bem como o porto de Piracicaba, posto em destaque após a efetivação do caminho do Picadão e o desenvolvimento da sesmaria de Felipe Cardoso. Esta última paragem entrava recentemente na rota dos comboios cuiabanos e, pela enormidade das distâncias, restava fora de controle, não havendo interesse em mantê-la.

Este espírito também animava a carta datada de 13/05/1729, enviada pela Câmara de São Paulo ao Capitão General Antônio Caldeira da Silva Pimentel: - “nos persuadimos ser desnecessário o Registro que se faz do ouro que vem das Minas de Cuiabá na paragem de Araraitaguaba ou Piracicaba”.⁽²²⁾

DEPOIMENTO DE VIAJANTE

O Capitão João Antônio Cabral Camelo, no regresso da sua atribulada viagem à Cuiabá, passou pelo porto de Piracicaba no início do mês de novembro de 1730. Na 2ª das Notícias Práticas da famosa Coleção Diogo Soares, divulgada no Brasil por Afonso de E. Taunay, constatamos preciosas informações sobre o Piracicaba e a utilização do seu curso pelos monçoneiros, durante os períodos das grandes enchentes no Rio Tietê, particularmente no retorno de Cuiabá. Ao desembarque do porto junto ao salto, sucedeu ao Capitão Camelo enveredar pelo caminho aberto por Felipe Cardoso: a conexão para Itu, que se percorria em três dias. A respeito deste caminho deixou a seguinte observação” - estava cercado de mato, muito e bem, e só com uma única roça; e esta junto a um rio que chama Capibari”.⁽²³⁾

Interessantíssimas são as suas observações sobre a sesmaria de Felipe Cardoso, junto ao porto de desembarque: - “onde há quatro formosas roças com gente, mas muitas mais despovoadas”. Esta alusão à decadência daquele estabelecimento confirma-se mais adiante: “Este rio (Piracicaba) tem algumas itaipavas, mas todo ele está cercado de matos capazes todos de roças: porém, como faltavam as conveniências do Cuiabá, e este porto era o mais distante (referia-se aos três portos utilizados na época: Araraitaguaba, Sorocaba e Piracicaba), deram os mineiros em o não continuar, e, assim, se perderam as roças e as fazendas, que nele havia”.⁽²⁴⁾



A explicação de Camelo é satisfatória: “faltando as conveniências do Cuiabá”, abandonava-se o porto, decaindo as roças, naquele ano de 1730. Queria dizer que a interdição do caminho executado por Luís Pedroso de Barros e seu sobrinho Manuel Dias da Silva, por ordens superiores, condenou as esperanças de muitos roceiros interessados no abastecimento dos comboios cuiabanos retardando a ocupação dos sertões do Piracicaba.

(25) Leandro Guerrini - Op. cit., p. 14.

(26) Idem, *Ibidem*, p.9-11.

(27) Leandro Guerrini - Op. cit., p.09.

CORRESPONDÊNCIA DA ÉPOCA

O mais curioso diz respeito à correspondência da autoridade ituana, João de Mello Rego ao Capitão General de São Paulo, Conde de Sarzedas. Trata-se da Carta datada de 12/12/1732, onde Piracicaba é citada por duas vezes. Primeiramente, fala-se das canoas cuiabanas procedentes do Tietê, ou sejam, as canoas portadoras de minério de ouro e algum comércio cuiabano que costumavam chegar ao porto de Piracicaba. A explicação advém de antiga prática sertanista por ocasião das grandes cheias do Tietê, quando grassavam as febres epidêmicas. Dependendo destas condições procedia-se à varação por terra, a partir do porto de Piracicaba, até a Vila de Itu.

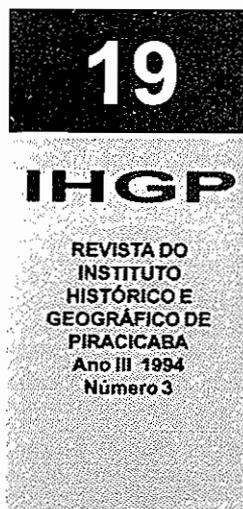
A mesma referência às canoas cuiabanas de Piracicaba, ligadas ao comércio cuiabano, aparece na Carta de 19/12/1733. ⁽²⁵⁾ Em segundo lugar, chama a atenção a providência da autoridade ituana, João de Mello Rego, a respeito do plantio das roças (o calendário agrícola era de vital importância para aquelas sociedades), ordenando que se tratasse do expediente do plantio de feijão das águas, certamente destinado a reforçar o abastecimento das monções que partiam de Araraitaguaba para Mato Grosso. O que era mais curioso: a providência devia atingir não apenas os moradores de Araraitaguaba, mas, até mesmo, onde se ahassem moradores, no distante rio de Piracicaba.⁽²⁶⁾

A constante alusão ao distante rio de Piracicaba devia, ligar-se, notadamente, ao estabelecimento de Felipe Cardoso, distante sete a oito dias de viagem fluvial de Araraitaguaba ou três a quatro dias pelo caminho terrestre de Itu. Também significa que a sociedade embrionária ao pé do Salto já tinha alguma expressão no contexto sócio-econômico do Vale Médio do Tietê. Pelo menos, não era tão desconhecida das autoridades que dela vinham se valer num momento de premente necessidade de abastecimento monçoneiro. A referência aos moradores do rio Piracicaba dá uma avaliação aproximada da importância daquela região, qual seja a de servir de retaguarda do movimento monçoneiro. Nada mais do que um pouso a meio daqueles inhóspitos sertões; local de abrigo, socorro aos que desciam dos Campos de Araraquara ou do Tietê e abastecimento das monções de Araraitaguaba em condições de emergência.

Observa-se que a própria autoridade parecia desconhecer a exata localização de Piracicaba, “aquela paragem do sertão”, conquanto, aos mais avisados, a sesmaria de Felipe Cardoso, estabelecida à beira do Picadão para Mato Grosso, tinha exata localização, junto ao porto, ao pé do Salto. Deste recurso valiam-se os mineiros, salvando-se nas “canoas cuiabanas” do Piracicaba.

“POVOAÇÃO” DE PIRACICABA EM 1733

Um dos documentos mais interessantes é a Carta de 27/02/1733, expedida pelo Capitão General de São Paulo e Conde de Sarzedas, havendo por destinatário a Manuel Corrêa Arzão, residente na “Povoação de Piracicaba” e pertencente à célebre família de bandeirantes.⁽²⁷⁾ O mesmo era convocado a fazer a guerra justa aos paiaguás, que infestavam o caminho fluvial de Mato Grosso, dizimando as monções que partiam de Araraitaguaba. Como bom



(28) *Idem*, *Ibidem*, p.10.

(29) *Idem*, *Ibidem*, p.09.

(30) *Idem*, *Ibidem*.

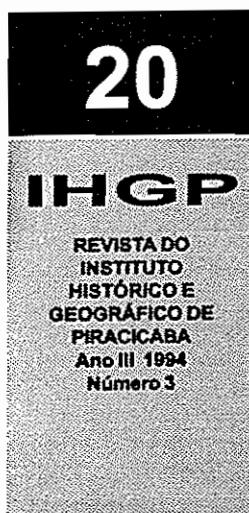
(31) Mário Neme. *Op. cit.*, p.46.

vassalo, obedeceu prontamente o octogenário sertanista e consta que faleceu naquelas lonjuras, cumprindo o Real Serviço.⁽²⁸⁾ Alvo imediato da nossa curiosidade, nascem as perguntas: - O que fazia naqueles sertões ermos de Piracicaba, tão famoso preador e minerador paulista? O que se espera da expressão assinalada em 1733 - "Povoação de Piracicaba"?⁽²⁹⁾

A correspondência estabelecida entre João de Mello Rego e o Capitão General de São Paulo demonstra ser o mesmo o receptor das comunicações enviadas ao sertão de Piracicaba, particularizando Manuel Corrêa Arzão, distante três dias de viagem da vila de Outu-guaçu, pela varação "de um caminho muito deserto".⁽³⁰⁾ A menção deste detalhe confirma que ainda se mantinha a antiga picada de Felipe Cardoso, conquanto o Picadão de Luís Pedrosa de Barros para o Mato Grosso fosse interdito por lei. Caso contrário, seria mencionada uma jornada mais difícil e mais longa, constante de um dia entre Itu e Araraitaguaba (Porto Feliz) e de seis dias e meio a oito, entre esta e o porto de Piracicaba, tal como se executava na época de Antônio Corrêa Barbosa, ao se proceder à fundação da "nova Povoação de Piracicaba" em 1767.

A carta-resposta de Manuel Corrêa Arzão, expedida de Piracicaba foi mais reveladora, ainda. Cabem as seguintes considerações a seu respeito: 1 - Recebera a missiva do Capitão General com vinte e cinco dias de atraso. O fato certamente decorria por conta da negligência do Capitão-mor de Itu, pois era sabido que a viagem entre São Paulo e Itu demorava cerca de três a quatro dias, enquanto o percurso entre aquela vila e Piracicaba, através do caminho terrestre, exigia três dias. 2 - A resposta aparece datada de 28 de março daquele ano, demonstrando que fora expedida apenas seis dias após haver-lhe chegado às mãos a carta do Capitão General. 3 - Como bom vassalo, dispunha-se ao Serviço d'El Rei, embora houvesse por sugerir os necessários e indispensáveis aviamentos" (financiamento). 4 - Ao fazê-lo, revelava que a sua condição era de pobreza, conquanto não fosse de penúria: "com o limitado com que me acho, ainda que os anos me permitam algum descanso". O fato de ser identificado como residente estabelecido no sertão de Piracicaba, já era indicio de que o mesmo investira algum capital, proveniente da preia ou da mineração, na tentativa de desenvolver alguma propriedade naquela retaguarda do movimento monçoneiro, objetivando tirar benefício do trânsito ao longo do distante caminho. 5 - Referindo-se à condição de residente no sertão do Piracicaba, lembrava um período anterior, durante o qual com menos anos e só pela conveniência própria me arrisquei a criar com os mais aquele sertão". 6 - Não parecia um povoador isolado e ali se achava, já, há algum tempo. A que conveniência o mesmo estaria se referindo, senão aos efeitos do "rush" aurífero e do Picadão de Mato Grosso, bem como da subsequente valorização dos sertões do Vale Médio do Tietê, e, por inclusão, do Piracicaba? 7 - Qual o significado de "me arrisquei a criar com os mais aquele sertão senão outro de estabelecer-se com gente sua, seus sub comandados (agregados, caboclos, bugrada), parentes e amigos, dedicar-se à prática da lavoura de mantimentos e pecuária com que se costumavam abastecer os comboios ao longo dos caminhos. Não era sem propósito que as autoridades faziam reiteradas citações às canoas cuiabanas presentes no Porto de Piracicaba. Também era evidência de que o Picadão de Luís Pedrosa de Barros ainda tinha serventia, apesar da proibição.⁽³¹⁾

Estabelecer-se no sertão de Piracicaba, buscando benefício de um caminho que foi proibido de vingar, afigurava-se autêntica operação de risco. Em sua correspondência Manuel Corrêa Arzão não se referia às fortes adversidades que acometiam àqueles que ousaram aventurar-se ao isolamento dos meios de civilização, aos parcos recursos para desenvolver novos capitais, às sérias condições de risco naquele "habitat". A decepção diante do fracasso da empresa



aflorava nas entrelinhas da carta-resposta: “se me achasse com mais aumento de fortuna, sem mais despesa, veria que essa era a minha obrigação” (o custeio da expedição para Mato Grosso).⁽³²⁾ Ao partir para Mato Grosso com a sua gente, arriscava-se na última demanda da sua vida. Faleceu em 1736. O estabelecimento de Piracicaba deve haver sido relegado ao abandono.

AS PARCERIAS DO SERTÃO

Naquele mesmo ano de 1733, apareceram outras referências a Piracicaba através da correspondência da autoridade ituana João de Mello Rego dirigida ao Conde de Sarzedas, Capitão General de São Paulo.

A carta de 21/04/1733 menciona um certo Pedro Rodrigues Neves, morador de “Peracivava”, o qual se via requisitado para idêntica missão (a guerra justa em Mato Grosso). Tudo indica que o mesmo devia alistar-se na bandeira de Manuel Corrêa Arzão.⁽³³⁾ A curiosidade instigante provém do fato de que o elemento solicitado se achava às voltas com sérios problemas de que lhe resultaram o achar-se atrasado no cumprimento da sua promessa. É que “lhe fugiram sete negros” da sua propriedade em Piracicaba, e aos quais ele esperava recuperar.⁽³⁴⁾ Esta valiosa indiscrição sobre a força de trabalho local surge que ainda se tentava estabelecer uma estrutura de produção naqueles sertões em anos subsequentes ao Picadão.

A carta de 19/12/1733 diz respeito ao velho problema das “canoas cuiabanas de Piracicaba”; refletindo a política do governo frente à utilização do caminho de Luís Pedroso de Barros, aberto entre 1723-1726. O Capitão-mor de Itu, Joaquim de Mello Rego comunicava ao Capitão General a antiga preocupação frente ao contrabando do ouro: - “já passei ordens para Piracicaba, debaixo de todo o segredo, que vindo por lá canoas do Cuiabá, logo me mande avisar”.⁽³⁵⁾

Estas três missivas são comprovadas na dinâmica estabelecida no sertão de Piracicaba sob o influxo do Picadão. Infelizmente, o processo teve curta duração, dadas as proibições oficiais. Piracicaba ficava condenada à posição de retaguarda das monções de Porto Feliz (Araraítaguaba), retardando-se o processo povoador. Dentro de alguns anos, o sertão do Piracicaba, junto ao qual tentavam-se desenvolver os estabelecimentos de Felipe Cardoso, Manuel Corrêa Arzão, Pedro Rodrigues Neves e outros, voltará à condição de simples referencial geográfico. Mas, até aquele ano, ainda se expediam ordens sobre o plantio de roças necessárias ao reforço do abastecimento das monções ao longo dos rios Tietê e Piracicaba “até onde se achassem moradores” numa provável alusão ao Salto e à gente de Felipe Cardoso.⁽³⁶⁾ A existência de posseiros com gente sua, algum gado e cabedais, desenvolvendo a exploração econômica em áreas novas, valorizadas por atividade mineira ou abertura de uma carta de data de sesmaria, não raro, insinuava uma ocupação mais abrangente, uma “povoação”.

OS ANOS DE DESINTERESSE

Os anos de desinteresse são igualmente fartos de informações. Data de 1760 (16/10), a transferência da sesmaria de Felipe Cardoso ao seu sobrinho, Francisco Cardoso de Campos, por causa de uma dívida de “duzentos e tantos mil réis”.⁽³⁷⁾ Será das mãos deste sucessor que Antônio Corrêa haverá de adquirir a meia légua em quadra restante da sesmaria original para nela proceder ao traslado da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba em 08/09/1784.⁽³⁸⁾

A proibição oficial do uso do caminho aberto por Luís Pedroso de Barros deitou desinteresse pelo sertão do Piracicaba, condenando as tentativas isoladas de estabelecimento de posseiros e respondendo pela decadência da sesmaria de

(32) *Idem*, *Ibidem*.

(33) Leandro Guerrini - *Op. cit.*, p.10.

(34) *Idem*, *Ibidem*.

(35) *Idem*, *Ibidem*, p.11.

(36) *Idem*, *Ibidem*.

(37) Leandro Guerrini - *Op. cit.*, p.12.

(38) Marty T. G. Percin - *Constituição (Piracicaba): Barbosa X Arruda*, p.81-82.

21

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

(39) Documentos Interessantes. Vol. XXIII, p. 36.

(40) Marly T. G. Percin - Canoas e Monjolos - Engenhos e Navios, p.

(41) Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. Op. cit., p.22-23.

(42) Marly T. G. Percin - Op. cit., p.

(43) Maria Celestina Teixeira Mendes Torres - Op. cit., p.22-23.

Felipe Cardoso, estabelecida ao pé do Salto, onde vinham as expedições de Cuiabá, as “canoas cuiabanas de Piracicaba”. Este trânsito comprovadamente existiu por quase duas décadas, sendo suficiente para justificar alguma forma de ocupação e povoamento, particularmente, junto ao velho porto de Piracicaba. Não foi suficiente para deitar maiores desdobramentos, tanto que Felipe Cardoso constituiu-se no único povoador de vulto a receber carta de data de sesmaria.

OS NOVOS TEMPOS

A revalorização do sertão do Piracicaba somente ocorrerá em 1766 quando, o Morgado de Mateus, por contingência da guerra na fronteira, haverá de intentar a fundação de diversas povoações estratégicas nas conhecidas “bocas de sertão” da Capitania. Piracicaba será uma delas, a partir de 1767.⁽³⁹⁾ A falta de informações sobre a atividade povoadora naquele sertão do Piracicaba, durante os anos compreendidos entre 1733 a 1766, é sintomática de que ainda a região se mantinha à retaguarda do movimento monçoneiro, seja para Cuiabá, seja para o forte-presídio de Iguatemi, estabelecido na fronteira paraguaia, destinado às operações militares no sudoeste, a partir de 1767.

A ocupação definitiva, tantas vezes postergada, aconteceu naquela década, porém, se manifestou precária e vacilante. Lajes, Itapetininga, Piracicaba, vingaram por denodo e sacrifício dos seus diretores e povoadores, malgrado as circunstâncias. As duas primeiras se achavam estrategicamente estabelecidas ao longo da Estrada Real (Sul).

Havendo se estabelecido como Povoação, em 1767, e como Freguesia, em 1774, Piracicaba não atraía sesmeiros, parecendo um enfeudamento do Capitão Antônio Corrêa Barbosa, até 1786. O desastre de Iguatemi contribuiu muito pouco para atrair sociedade nos anos subsequentes a 1777. Verdaderamente, dificultou o desenvolvimento da Freguesia ao fazer cessar as encomendas de canoas e os gêneros de abastecimento das monções que desciam o Tietê na demanda do Paraná. Foi preciso aguardar mais algum tempo para que a corrente povoadora, que acompanhava a fronteira agrícola de Itu, se orientasse para o sertão de Piracicaba e comunicasse novo alento à comunidade piracicabana.⁽⁴⁰⁾

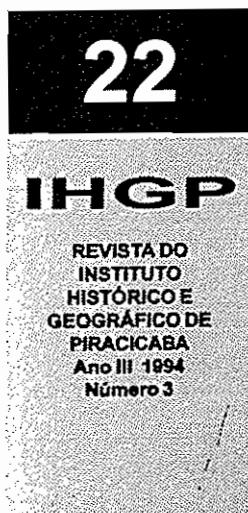
O segundo sesmeiro (Manuel Antônio de Araújo), só apareceu em 1781, seguindo-se outros quatro, entre 1781 e 1783, enquanto Piracicaba permanecia estabelecida sobre a margem direita do rio. A partir da mudança para a margem esquerda do rio, em 1784, as concessões de sesmarias se intensificaram, comprovando a chegada da fronteira agrícola em Piracicaba.⁽⁴¹⁾ À medida que se aproximava o século XIX, constatamos a expressiva revalorização do sertão de Piracicaba, fruto da procura das suas terras fertilíssimas para o estabelecimento dos canais, a introdução da escravaria e a montagem dos engenhos.⁽⁴²⁾

Modificava-se a natureza do processo povoador: de retaguarda do movimento monçoneiro à retaguarda da fronteira agrícola ituana! Entre 1784 e 1797, constatamos cerca de nove estabelecimentos sesmeiros e a existência de inúmeros posseiros. A ocupação tornava-se irreversível.⁽⁴³⁾

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A povoação de Piracicaba, estabelecida em caráter público oficial, a partir de 1767, foi iniciativa do Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, executada pelo nomeado Diretor Povoador Antônio Corrêa Barbosa.

Nada impede que se especule a respeito de um certo “povoamento” residual (?), não documentado, proveniente da posse sesmeira de Felipe Cardoso



transferida ao herdeiro Francisco Cardoso de Campos. Inegavelmente, houve um estabelecimento florescente no porto de Piracicaba e o sertão tomou alento entre 1723-1733. A ruína daqueles empreendimentos subordinava-se à proibição do trânsito pelo Picadão de Luís Pedroso de Barros. Em que pese as tentativas de utilização do porto de Piracicaba pelos monçoneiros interessados em conduzir para Araraitaguaba as canoas cuiabanas ou de enveredar pela picada de Felipe Cardoso, comunicando a Capivari e Itu, o povoamento residual não evoluiu. Muito pelo contrário, tudo indica que feneceu mas, sem desaparecer de todo, porque o sertão continuou a ser frequentado pelos aventureiros, pelos fugitivos e, principalmente, pelos madeireiros ligados à armação monçoneira de Araraitaguaba.

A “lógica” colonial ligava o desenvolvimento das comunidades à circulação do trânsito ao longo das estradas e dos caminhos, particularmente, ao abastecimento das zonas mineradoras. Felipe Cardoso apostou alto no porto e na paragem de Piracicaba. Em 1760, cansado, desiludido e arruinado na sua empresa, nada mais lhe restava que honrar os seus compromissos em cartório, transferindo a posse da sesmaria de Piracicaba ao sobrinho por causa de uma dívida de “uns duzentos e poucos mil réis”. Mesmo assim, lembramos que o capital era expressivo para a época. Enfrentava-se um período de enorme decadência material em São Paulo, fruto do processo de retalhações em 1748. São Paulo vivia tempos de humilhação e empobrecimento. A perda dos territórios mineiros no Centro-Oeste, Goiás e Mato Grosso, em 1748; o trânsito desviado dos rios para a variante terrestre entre Cuiabá e Goiás, em 1737; tais agravos reduziram drasticamente o movimento monçoneiro no Vale Médio de Tietê. As vilas se empobreceram, os sertões se desvalorizaram, a paragem de Piracicaba se desativou.

Sesmeiros e posseiros se arruinaram. Faltando as canoas cuiabanas e as expedições sertanistas, a quem vender os produtos das roças e as carnes curadas? Francisco Cardoso de Campos herdou a ruína, nada sabemos a respeito da sua atuação entre 1760 a 1767. Não acordou sequer para defender os seus direitos de posse, quando o Capitão General da recém-restaurada Capitania de São Paulo, D. Luís Antônio Botelho Mourão, mandou lançar o Bando na Vila de Itu, em novembro de 1766, comunicando a sua intenção de assentar uma Povoação em Piracicaba.⁽⁴⁴⁾ Residindo em Araraitaguaba, Freguesia de Itu e porto monçoneiro, era notório que Antônio Corrêa Barbosa, armador naquele mesmíssimo porto, se achava nomeado, desde julho de 1766, Diretor Povoador da “nova Povoação de Piracicaba”.⁽⁴⁵⁾

Não comparecendo para reclamar direito legítimo de posse ou formas indenizatórias, seja porque fosse propalado que a povoação de Piracicaba ia ser fundada na barra do rio com o Tietê ou por desinteresse, facilitou a ação de Antônio Corrêa Barbosa. Publicado o Bando, vencido o prazo das reclamações, o local escolhido para o assentamento de povoação, era considerado inteiramente desembaraçado e apto.⁽⁴⁶⁾

Fornalizada a povoação de Piracicaba em 01/08/1767, na margem direita do rio, junto ao velho porto, entrando sob efeito derogatório os direitos de Francisco Cardoso de Campos naquela época. Ficava preservado o seu legítimo direito sobre a margem esquerda do Rio Piracicaba, fato que se comprovou em 1784, quando se pretendeu transladar a comunidade. A escritura de compra e venda, passada no Cartório de Itu sobre a meia légua em quadra da sua restante propriedade na margem esquerda, não deixa dúvidas.⁽⁴⁷⁾ O Capitão Antônio Corrêa Barbosa comprou e pagou à vista, pelo valor de oitenta mil réis, o chão para onde transladou a Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba. Honor onus.⁽⁴⁸⁾

(44) Documentos Interessantes. Vol. LXV, p.112.

(45) Idem. Vol. LXV, p.89.

(46) Idem. Vol. LXVII, p. 157.

(47) Marly T. G. Percin - Constituição (Piracicaba): Barbosa X Arruda, p.81-82.

(48) Idem, *Ibidem*.

23

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

FONTES

I - Documentos não publicados:

- Departamento do Arquivo do Estado (S.P.).
- Carta de Sesmaria concedida a Antônio Corrêa Barbosa - Livro 19, Folha 04.
Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).
- Mapa do sertão de São Paulo, 1691 - Ar 4.4.13.
Biblioteca Municipal Mário de Andrade (S.P.).
- Carta Corográfica da Capitania de S. Paulo, 1766 - V 981.41 C 322.

II - Documentos publicados:

- Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
- Carta de Data de Sesmaria concedida a Felipe Cardoso - Livro de Sesmarias (1720-1736). Vol. III, São Paulo, Ed. do I.H.G.S.P., 1937. Doc. XXXVII, p. 124-126.
- Registro de uma confirmação de Sesmaria passada a Felipe Cardoso - Livro de Sesmarias (1636-1728). Vol. II, São Paulo, Ed. do I.H.G.S.P., 1939, p. 492-497.
Departamento do Arquivo do Estado (S.P.).
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volumes: XII, XX, XIII, XXXII, XXXIII, LXV e LXVII.

III - Livros e Artigos:

- Arroyo, Leonardo. Relação do Rio Tietê. Cadernos de História nº 9. São Paulo, Ed. Obelisco, 1965.
Balestrini Filho, Jorge. O Caminho de Luis Pedroso de Barros. Revista do I.H.G.S.P., 1969. Vol. LXVI, p. 79-103.
Bandeochi, Brasil. Origem do Latifúndio no Brasil. Cadernos de História nº 4. São Paulo, Ed. Obelisco, 1967.
Boxer, C.R.. A Idade do Ouro do Brasil. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969. 2ª edição.
Goulart, José Alípio. Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Cosquista, 1961.
Guerrini, Leandro. História de Piracicaba em Quadrinhos. Piracicaba, Ed. I.H.G.P., 1970.
Mello, Joaquim Silveira. A Estrada do Picadão de Cuiabá a Piracicaba (1836-1840). In "De Piracicaba para Piracicaba". Ed. Jornal de Piracicaba, 1961. p. 39-53.
Neme, Mário. História da Fundação de Piracicaba. 2ª Ed. Piracicaba, Ed. I.H.G.P., 1972.
Pereira, Marly Therezinha Germano. Canoas e Monjolos-Engenhos e Navios. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1992. Vol II, p.
Idem - Constituição (Piracicaba): Barbosa x Armada. Revista de Estudos Piracicabanos, 1972. Vol. I, p. 73-82.
Idem - O Picadão de Mato Grosso (contribuição à História de Piracicaba) Jornal de Piracicaba, edições de 01 08, 02 08, 03 08 e de 04 08 de 1991, 1ª cad. p.02.
Petroni, Maria Theresza Schorer. A Lavoura Canavieira em São Paulo. São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1968.
Taques, Pedro. Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica, 3ª Ed. São Paulo, Ed. Martins, IV cent., 1954.
Tanay, Afonso de Escagnole. Relatos Monçoneiros, São Paulo, Ed. Martins, IV cent., 1954.
Torres, Maria Celestina Teixeira Mendes. Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no tempo do Império. Piracicaba, Ed. Academia P. de Letras, 1975.

Resumo:

Na fase colonial de abertura dos grandes caminhos terrestres, o Picadão de Mato Grosso ligava São Paulo às minas de Cuiabá. O porto de Piracicaba, junto ao Salto, era paragem obrigatória. Entre 1723-1726, Felipe Cardoso ali estabeleceu-se como sesmeiro. Imitaram-no outros posseiros objetivando abastecer com o produto das suas roças e criatório os comboios em trânsito. Os interesses metropolitanos sobre o ouro interditaram o caminho (1730), arruinando aquelas iniciativas, postergando o povoamento para 1767. Raras vezes, acudiam ao porto as canoas cuiabanas ou atravessavam o sertão do Piracicaba alguns viajantes demandando Itu. Aquilo era "Boca de Sertão", durante várias décadas no séc. XVIII.

PALAVRAS-CHAVE

Vale Médio do Tietê - Itu - Araraitaguaba - rio Piracicaba - porto - sertão - paragem - Picadão de Mato Grosso - mineração - Felipe Cardoso - sesmaria - roças - posseiros - canoas - Cuiabá -Boca de Sertão.



MEMÓRIA
PIRACICABANA

SANATÓRIO SÃO LUIZ

LAURO MORAES FARIA (*)

No início deste século vivia em Piracicaba o Barão de Rezende, grande benfeitor da cidade, em cujas terras foi implantada a vila do mesmo nome. Para o seu desgosto e de toda a sociedade piracicabana, falecia em 1902 o seu filho Luiz, médico recém-formado, de tuberculose, insidiosa doença de difícil cura na época. O choque foi grande para o povo todo. Resolveu-se que se construiria um sanatório para a cura do mal, que teria nome "São Luiz", para homenagear o filho do barão.

Este teve uma preparação difícil, mas vitoriosa. Acabou sendo inaugurada em 1926, funcionando até fim de 1930.

O livro "Medicina em Piracicaba", do Dr. Oswaldo Cambiaghi, às pgs. 472 e seguintes, conta a história do estabelecimento, mostrando a luta da família do Barão de Rezende, de seus amigos e da Liga Paulista contra a Tuberculose, a fim de conseguir tê-lo pronto em 1913. O funcionamento, contudo, era outra coisa, pois necessitava de verba contínua, o que finalmente foi conseguido por subvenção governamental. Foi justamente a falta de tal subvenção, como medida de economia da revolução de 1930, que pôs Getúlio Vargas no poder, que fez fechar a instituição.

O referido livro descreve também o que foi feito do sanatório após o seu fechamento. O período de 1926 a 1930 tem o meu testemunho, como passo a relatar.

Na primeira data acima, o Dr. Epaminondas de Moraes Martins, meu avô materno e médico do Rio de Janeiro, foi convidado a ser o diretor. Para cá veio e ocupou o cargo até 1930.

Dos meus oito aos doze anos vim passar ali as minhas férias de fim de ano, o que para mim, menino criado apanhado em cidade, era o "céu".

O estabelecimento se localizava no fim do que é hoje a Avenida Barão de Serra Negra, junto à chácara do falecido Mario Witier, recentemente loteada. Em 1926 e ainda muito depois a Barão de Serra Negra terminava em uma porteira, ao lado do que é hoje o Hospital dos Plantadores de Cana. Ai findava o casarão da Vila Rezende, e uma estrada de terra continuava em frente, descendo íngreme encosta, à esquerda da qual havia um brejo com um arrozal. O sanatório era atingido, logo depois de se passar ao lado de uma pequena mata.

A planta era aproximadamente como mostra o croquis abaixo:



Cercado de jardins, cuidadosamente cultivados, o edifício principal compunha-se de três corpos, ou alas: A - dos doentes; B - de serviço; C - da residência do diretor.

25

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

A ala A, dos doentes, era constituída por varanda assoalhada e envidraçada, em forma de arco, onde ficavam as "espreguiçadeiras" dos pacientes, acompanhada em todo o seu comprimento pelos quartos de dupla ocupação, com pia de água corrente, mais o gabinete do diretor (1), a sala de pneumotorax (2) a dependência dos raios x (3), mais os banheiros completos em (3) e (4).

Um salão ligava a ala descrita às de serviço B, e da residência do diretor C.

Na ala de serviço havia um corredor com vários cômodos de ambos os lados, para abrigar cozinha, copa, despensa, quartos para alojamento e sanitários.

Na ala do diretor havia também um corredor, com cômodos em ambos os lados, contendo quartos de dormir, sala de refeições, banheiro e, na entrada junto ao salão central, uma minúscula capela (5) dedicada a São Luiz.

Todo o conjunto era envolvido por estrada encascalhada, uma completava toda a volta em torno do jardim, este com cerca de cedrinhos. Em frente à entrada principal, no centro da varanda (ala A) havia um canteiro redondo com flores e, junto ao mesmo e em oposição à entrada do edifício, uma casinha (11), inicialmente ocupada pelo vigia e posteriormente pelo almoxarife.

Do outro lado da estrada envolvente e em face das dependência de serviço B, ficava o edifício chamado "maquinária", com vários cômodos, num dos quais se instalara a auto-clave para ferver a roupa dos doentes.

Do lado das alas B e C havia um pomar com toda a sorte de frutas, sobretudo mangueiras (7) e também um grande galinheiro (7). Em frente à ala A ficava o pomar de uso dos pacientes (9) e também uma horta (10), regada pela água de um córrego límpido e cheio de peixinhos, que hoje serpeia pelo bairro Nhô-Quim, infestado de bichos e poluído pelos esgotos domésticos. Finalmente, em (12) havia um pequeno curral para abrigar uma vaca leiteira, presente de um benfeitor.

O conjunto do sanatório ficava fronteiro a um vale ocupado por um pasto, atual bairro Nhô-Quim, através do qual se divisava a estação de Vila Rezende, da Sorocabana.

Nos fundos, junto ao curral, ficava uma porteira para pedestres, apelidada de "do eco", pois as colinas visinhas refletiam nitidamente qualquer grito que se desse, repetindo até três sílabas.

Os serviços de água, energia elétrica e esgoto eram continuação dos da cidade. Funcionava também telefone.

Foi nesse estabelecimento modelar que meu avô devolveu a saúde a muitos indigentes, que lhe eram encaminhados pelo Dr. Clemente Ferreira, da Liga Paulista contra a Tuberculose. Lembro-me de um alemão, que enfermara com poucos anos de Brasil, e que permaneceu no sanatório depois de curado, trabalhando como mecânico de manutenção geral, e acolheu-se à nossa família no Rio após o fechamento. Tendo voltado a doença, em virtude de trabalhar ele em fábrica no pesado clima quente e úmido da antiga capital, recebeu passagem e sanatório grátis na sua terra natal (governo nazista), onde se curou novamente e trabalhou até após a segunda conflagração mundial, quando faleceu ao se preparar para voltar à "terra do sol", como ele carinhosamente chamava o Brasil.

O Sanatório São Luiz acolhia sobretudo "não pagantes", conquanto aparecessem alguns que podiam e, portanto, contribuíam, o que certamente converteu para que a Liga se visse obrigada a fechá-lo, com término da contribuição governamental, não sei se federal, estadual ou mista.

Enquanto funcionou, o sanatório fez o bem. Os doentes, sem distinção, eram acolhidos com carinho, a ponto de minha avó vender perús criados no galinheiro, para comprar lembranças de Natal para os mesmos.

O livro "Medicina em Piracicaba" acima referido, descreve como foi feita a liquidação, tendo todos os materiais ficado, por força dos próprios estatutos, com a Santa Casa, e o terreno recaído no domínio dos herdeiros do Barão de Rezende.

Lembro-me da admiração que gozava Piracicaba no conceito de meu avô, por ser cidade com cerca de quarenta médicos, já naquela época.

Lembro-me também dos elogios que a cidade suscitava nos vistantes pela sua opulência, baseada nas plantações de café, destruídas em 1930, em consequência da crise que se abateu sobre o Brasil, e da qual a nossa cidade soube galhardamente sair com a sua indústria, destacando-se a produção açucareira, e seus estabelecimentos de ensino, principalmente a Escola Superior de Agronomia, orgulho nacional. Tudo foi fruto das sementes então plantadas pelos seus ativos habitantes.

Parodiando a linda canção, que todos conhecemos:

PIRACICABA QUE EU ADORO TANTO,
CHEIA DE FLORES, CHEIA DE ENCANTO,
NINGUÉM DESMENTE O JÚBILO QUE SENTE
UM SER PRESENTE A TRABALHAR POR TI!

(*) Lauro Moraes Faria é engenheiro civil e industrial metalúrgico, natural de Niterói, Rio de Janeiro. Reside pela terceira vez em Piracicaba, tendo nas duas vezes anteriores trabalhado na empresa Dedini.

MEMÓRIA
PIRACICABANA

PIRACICABA EM 1914

Prof. Guilherme Vitti

Se observarmos atentamente uma planta atual da cidade, veremos que sua parte mais antiga é formada por ruas paralelas e quarteirões quadrados.

Do lado da Paulista mal chegava até a Avenida Dr. Paulo de Morais, pois os trens só chegariam em 1922. Acima do Itapeva apenas poucas ruas, a Morais Barros, XV de Novembro e Prudente de Morais formavam a cidade alta. No leste o aglomerado da Vila Boyes e só. A Escola Agrícola com seus escassos prédios formava um agrupamento à parte. Havia o Asilo de Velhice cercado de chácaras que se espraiavam até o velho campo do XV. Vila Rezende era distrito formado por poucas avenidas, aliás bem traçadas. A parte velha da cidade chegava ao rio pelas ruas XV, Morais Barros e Prudente e a Fábrica Boyes. Qual seria a sua população? 20, no máximo 30 mil habitantes?

No entanto, numa relação pormenorizada do arquivo da Câmara vê-se que a pujança de seu comércio e indústria eram de causar admiração.

O relatório dá os nomes de cada proprietário, de cada indústria, dos vários ramos do comércio e das profissões. É pena que o encarregado da citação dos nomes dos cidadãos não se tenha esmerado na grafia dos mesmos, sobretudo dos sobrenomes que em grande número são alienígenas. Aliás o mau vezo de servidores públicos ou não, prejudicam atualmente os descendentes quando precisam provar sua ascendência em repartições estrangeiras. Mas passemos a esmiuçar um tanto o relatório:

a) SECOS E MOLHADOS - 272. Este número incluía também a zona rural. Além do nome do proprietário indica-se o local e o número, quando estabelecidos na cidade. Os estabelecimentos fora do perímetro urbano eram em número de 120, prova cabal da grande população que vivia na zona rural. Os outros 149 localizavam-se na área citadina. Num rápido olhar sobre a relação dos nomes dos donos de então, percebe-se que agora, em sua grande maioria, que os descendentes não continuaram a profissão de seus ancestrais.

b) PROFISSÃO DE ALFAIATES - Contém a lista 23 nomes. Quantos de seus descendentes continuam na profissão dos pais?

c) VENDEDORES DE LEITE - 84. Com certeza abrange a relação, além dos produtores, os vendedores ambulantes. O leite era produto do município, vindo geralmente de chácaras numerosas em volta da cidade. Onde estão as vacas agora? Nas grandes usinas!

d) MASCATES DE FRUTAS - 12. Produção da área vizinha da cidade. Observe-se o termo - mascate - que era reservado só para os turcos, até pouco tempo.

27

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

e) LIVRARIAS - 3. Poucas na verdade, mas se confrontarmos o número das atuais com as então, levando em conta também a população, haverá no mínimo um empate.

f) OLARIAS - 31. Existem tantas assim no momento em todo o Município?

g) FÁBRICAS DE CERVEJA - A diferença é gritante, pois quantas são as da atualidade? Não sabemos da existência de alguma que produza comercialmente. Será que os produtores de outrora serviam-se da água do Rio? Bendito rio se assim fosse! A água era fornecida por numerosas fontes naturais então existentes ou de poços artesianos, melhor, semi-artesianos.

h) FARMÁCIAS - 11. Entre estas as do Samuel Neves, pai, e do filho e famoso político Samuel de Castro Neves, em Saltinho.

i) LOJAS DE FAZENDAS - 42.

j) MASCATES - 74. Este título abarca vendedores de vários gêneros de mercadorias, como: rendas, tecidos, carnes, peixes, doces, sorvetes, armarinho, fazendas, queijos, ovos, charutos, manteiga, verduras, buchos e aves em geral. Esses mascates são os nossos atuais ambulantes.

l) RESTAURANTES - 12. Haverá algum sobrevivente?

m) MOINHOS - 9. O mais interessante é que todos eles estavam na zona rural.

n) SERRALHEIROS - 3. Amadeu Rontani, Euclides Guaranã e João Oss.

o) BOTEQUINS COM BEBIDAS - 38. No fim da relação há uma informação esclarecendo que - com bebidas 32 - sem bebidas 6.

p) PADARIAS - 15. Encabeçando a lista a conhecida família Cardinali.

q) SERRARIAS - 9.

r) FÁBRICAS DE SABÃO - 3. Duas na zona rural.

s) MÉDICOS - 8. Aqui vão os nomes deles: André Ferreira dos Santos, Coriolano Ferraz do Amaral, Cândido de Camargo, José Rodrigues de Almeida, Oscarlino Dias, Ruggcro Pentagna, Torquato da Silva Leitão e João Olavo do Canto.

t) DENTISTAS - 10.

u) AÇOUGUEIROS - 27. Quem não conheceu os açougueiros da família Zílio? Haverá ainda algum descendente trabalhando no ramo?

v) CARPINTEIROS - 20. Os Adâmoli, os Sansíbolos, os Romanelli estão entre eles.

x) SAPATEIROS - 55. Grande número. Eles superam em muito os atuais que, na prática, limitam-se a consertos. As fábricas aniquilaram com esta laboriosa classe.

y) BARBEIROS - 21. Vêm entre eles: Guirado, Moretti, Grizolia, Casale, Testa, Chiarini e Ferraioli.

z) HOTÉIS - 8. Destacando-se o Hotel Central, de João Batista de Castro.

28

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

MEMÓRIA
PIRACICABANA

O RIO PIRACICABA

José Luiz Guidotti

*Navegador fluvial, tendo percorrido
na sua totalidade os Rios
Piracicaba, Tietê, Paraná e Prata*

O Rio Piracicaba foi e ainda é cantado em prosa e verso, por muitos de nossos poetas.

No livro "Navegando pelo Piracicaba" aparecem onze poesias falando do Piracicaba.

Sua história, suas lendas, suas curiosidades, seus peixes, seu folclore são do conhecimento de toda Piracicaba.

Mas e sua Geografia?

Poucos a conhecem.

Poucas pessoas sabem a origem de suas águas. De onde elas vêm e para onde elas vão. Não sabem onde começa e onde termina o Rio Piracicaba.

Pretendemos neste trabalho, esclarecer alguns pontos geográficos do Piracicaba.

O Rio Piracicaba não tem nascente. Ele é formado pela junção dos rios Atibaia e Jaguari.

O Rio Atibaia é represado nas proximidades da cidade de Americana, pela Barragem de Salto Grande. A 800 metros a jusante da Barragem, o Rio Atibaia encontra-se com o Jaguari e o encontro de suas águas dão origem ao Rio Piracicaba.

Numa altitude de 522 metros acima do nível do mar o Piracicaba inicia seu curso. Sua formação está nas seguintes coordenadas geográficas: 22° 45' de Longitude Sul e 47° 15' de Latitude Oeste. Pelo Plano Cartográfico do Estado de São Paulo: folhas 71/95 - SF - 23 4A VI - 5 SED, edição 1979. Localizada a Este 264,57 Km e Norte 7.488,68⁽¹⁾.

Na sua formação o Piracicaba serve de divisa dos municípios de Americana e Limeira, e em seu curso serve de divisa dos seguintes municípios: Limeira/Santa Bárbara D'Oeste, Piracicaba/Limeira, Iracemápolis/Piracicaba, Piracicaba/São Pedro, São Pedro/ Santa Maria da Serra, Santa Maria da Serra/Anhembí, Santa Maria da Serra/Botucatu. Portanto o Piracicaba banha 9 municípios.

Embora passando por todos esses municípios, o Piracicaba atravessa apenas uma cidade, justamente aquela que lhe empresta o nome: Piracicaba.

A Rua do Porto, onde está a Casa do Povoador, marco da fundação de Piracicaba, fica a 119 quilômetros da foz e a 58 quilômetros da formação do Piracicaba.

(1) Woltzenlogel, Arnaldo Arzola.
Histórico do Rio Piracicaba, 1991.

29

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

(2) Woltzenlogel, Arnaldo Arzola. *Histórico do Rio Piracicaba*, 1991.

(3) Guidotti, José Luiz. *Navegando pelo Piracicaba*. Sbeckinah, 1992, Pág. 67.

A vazão do Rio Piracicaba, principalmente nas épocas de estiagem é, controlada pela Barragem de Salto Grande, que controlando a vazão do Rio Atibaia, interfere no Piracicaba. A vazão mínima registrada no Piracicaba, foi de 24 metros cúbicos por segundo e a máxima foi de 1.120 metros cúbicos por segundo, acusadas na Régua Liminigráfico a cota de 7,42 metros, no Posto Fluviométrico da CESP instalado na Rua do Porto. A vazão mínima ocorreu em 14/12/85, repetindo-se em 22/09/86 e 09/10/86. A máxima ocorreu em 04/02/83.⁽²⁾

A principal razão da pouca vazão do Rio Piracicaba em épocas de estiagem evidentemente depois da falta de chuvas nas cabeceiras do rio é proveniente do Sistema Cantareira, que entrou em funcionamento em maio de 82, desviando para a Grande São Paulo, 33 metros cúbicos por segundo de água da Bacia do Piracicaba, sendo 11 metros do Rio Jaguari e 22 metros do Atibaia⁽³⁾.

Como já vimos, o Piracicaba não tem nascente. Sua formação se dá pela confluência dos rios Atibaia e Jaguari. Desde sua formação o Rio apresenta-se encorpado, medindo aproximadamente 60 metros de largura. Muito diferente do Tietê, que em sua nascente mede apenas 10 centímetros de largura.

Em certos trechos, como por exemplo no Salto do Piracicaba, e nas imediações do Tanquã, sua largura chega de 100 a 120 metros. Mas sua largura média é de 70 metros.

O Rio Piracicaba tem 177 quilômetros de extensão e em seu curso recebe vários afluentes. Vamos enumerá-los com as respectivas quilometragens. Convém salientar que a extensão de um rio é medida por metros. A quilometragem como é chamada, parte da foz para a nascente. A quilometragem que aparece na frente do afluente corresponde a distância em relação à foz do Piracicaba.

Portanto, vamos descer o Piracicaba desde sua formação.

Km - 171 - Margem esquerda - Ribeirão Quilombo. Grande poluidor do Piracicaba. Sua confluência com o Rio está assim descrita na página 105 do livro "Navegando pelo Piracicaba": "Deixamos aquela margem rodando, controlando o barco com os remos. Logo que deixamos aquele remanso, passamos pela barra do Ribeirão Quilombo, onde perecebemos alto índice de poluição sendo lançada no Piracicaba. Na realidade era o primeiro despejo de poluentes, que encontramos no Piracicaba. O primeiro e um dos piores. O Ribeirão Quilombo despeja no Piracicaba, uma água preta e grossa, com forte cheiro de ácido. Isso fora os detritos "naturais" como garrafas plásticas, pneus, sapatos, bolas, brinquedos e outros objetos. É muita poluição para um ribeirão tão pequeno".

O Ribeirão Quilombo passa por Sumaré, Nova Odessa e Americana, carregando em seu leito, todo o esgoto ao natural dessas cidades. Não só o esgoto doméstico como também o industrial principalmente da cidade de Americana.

Km - 165 - Margem direita - Ribeirão Tatú. Outra tragédia para o Piracicaba. Este tributário traz ao natural o esgoto da cidade de Limeira. Também sua confluência com o Piracicaba, está descrita no livro "Navegando pelo Piracicaba": "Pouco depois daquela ponte o Piracicaba recebe pela sua margem esquerda, as águas do Ribeirão Tatú. Esse ribeirão atravessa a cidade de Limeira e, traz em seu leito, o esgoto daquela cidade. Na realidade o Ribeirão Tatú, é um verdadeiro "esgoto a céu aberto" com todo tipo de sujeira com cadeiras, pneus, garrafas plásticas, sacos de lixo, sapatos, bolas, brinquedos. Uma coisa horrível. Não resta dúvida que toma-se difícil saber qual dos dois ribeirões é mais sujo. O Quilombo ou o Tatú".

Km 153 - Margem esquerda - Ribeirão dos Toledos. No livro "Navegando pelo Piracicaba, há o seguinte relato com referência a confluência deste afluente do Piracicaba: A pouco mais de um quilômetro, depois que saímos da praia do Sossego, passamos pela barra do Ribeirão dos Toledos, que fica na margem esquerda do Piracicaba. A exemplo dos ribeirões Quilombo, em Americana e Tatú, em Limeira, o Ribeirão dos Toledos é um "esgoto a céu aberto", pois neste ponto despeja todo esgoto de Santa Bárbara D'Oeste, As águas do Piracicaba parecem engrossarem ao receber as águas desses três indesejáveis afluentes.

30

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1984
Número 3

"A cada afluente como esses poluidores o Piracicaba parece que entristece. Parece que morre um pouco a cada encontro com um afluente poluidor".

Km 150 - Margem esquerda - Ribeirão Lambari.

Km 142 - Margem direita - Ribeirão dos Coqueiros.

Km 140 - Margem esquerda - Ribeirão Tijuco Preto.

Km 133 - Margem direita - Ribeirão Palmeiras.

Km 128 - Margem esquerda - Córrego da Figueira e Ribeirão Dois Córregos, desaguam quase juntos.

Km 123 - Margem esquerda - Ribeirão Piracicamirim. Assim está descrito a confluência do Piracicamirim no livro "Navegando pelo Piracicaba": No final daquele estirão, o Piracicaba faz uma curva acentuada para a esquerda. Estávamos vendo na margem esquerda a mata ciliar da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz. Pouco antes daquela curva, na mesma margem passamos pela barra do Piracicamirim.

"O Rio Piracicamirim é outro grande poluidor do Piracicaba. Suas águas azuladas despejam grande número de objetos e porque não dizer, que é um grande poluidor, como seus "parentes" os ribeirões dos Toledos, Tatú e Quilombo. O Piracicamirim é outro "esgoto a céu aberto". O curioso que é Piracicaba poluindo o Piracicaba".

Aliás este é um ponto curioso e repugnante que não aprofundamos em detalhes em nosso livro "Navegando pelo Piracicaba". Mas a verdade é que Piracicaba é uma das únicas cidades de que se tem conhecimento, que faz a captação da água para servir à população, a jusante de onde é lançado o esgoto.

Todos sabem que o esgoto da Vila Monteiro, Independência, Piracicamirim, 1º de Maio, Jardim América, Morumbi, Vila Prudente e adjacências é lançado ao natural no Piracicamirim.

Todos sabem também que apenas três quilômetros a jusante da barra do Piracicamirim, o SEMAE faz captação de água para servir a população. A captação é feita, próxima a Ponte Nova.

Km 121 - Margem esquerda - Ribeirão Itapeva. Não precisamos fazer comentário algum sobre o que é o Itapeva. É só sentir o odor exalado pelo Itapeva, que corre por baixo da Avenida Armando de Salles Oliveira.

Km 118 - Margem esquerda - Ribeirão Enxofre.

Km 114 - Margem Direita - Ribeirão Guamium.

Km 113 - Margem Direita - Rio Corumbataí. O maior afluente do

Piracicaba.

Km 108 - Margem esquerda - Ribeirão dos Marins.

Km 79 - Margem direita - Ribeirão Araquá

Km 75 - Margem direita - Ribeirão Samambaia.

Km 61 - Margem direita - Ribeirão do Meio.

Km 54 - Margem direita - Ribeirão Vermelho.

A formação do Rio Piracicaba se dá a 522 metros acima do nível do mar. Quando despeja suas águas no Tietê, nas proximidades da cidade de Botucatu, a confluência dos rios está a 453 metros acima do nível do mar. Isso quer dizer que o Piracicaba da sua nascente a sua foz, em seus 177 quilômetros de extensão apresenta um desnível de 59 metros. É um desnível considerável levando-se em conta que o Piracicaba tem apenas 177 quilômetros de extensão. O Rio Amazonas nos seus 6.000 quilômetros de extensão apresenta um desnível de apenas 180 metros. O Rio Paraná, a jusante da Barragem de Jupia, na divisa dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, está a 300 metros acima do nível do mar. Percorre quase 3.000 quilômetros até chegar a Punta del Leste, onde o Rio da Plata encontra-se com o Atlântico. O Piracicaba não chega a ser considerado um rio de planalto, mas desde sua formação até a cidade de Piracicaba, apresenta muitos acidentes como cachoeiras, corredeiras e o imponente Salto do Piracicaba. A primeira corredeira do Piracicaba fica no Km 175, logo a jusante de sua formação, nas proximidades das pontes da Via Anhanguera. A pouco menos de 5 quilômetros a jusante, surgem as primeiras cachoeiras do Piracicaba. São as cachoeiras de Cariôba, que localizam-se no Km 171. São duas cachoeiras quase que emendadas. Depois dessas cachoeiras o Piracicaba percorre cerca de 11 quilômetros com suas águas calmas e tranquilas até despencarem na Cachoeira dos Patos localizada no Km 160, próxima a cidade de Santa Bárbara D'oeste.

31

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

(4) Quidotti, José Luiz. Navegando pelo Piracicaba. Shekinah, 1992, pág. 133.

(5) Quidotti, José Luiz. Navegando pelo Piracicaba. Shekinah, 1992, pág. 133.

Trata-se de uma cachoeira curiosa. Um paredão atravessa o rio de uma margem a outra em linha reta parecendo ser artificial. O Piracicaba precipita-se de uma altura de pouco menos de um metro, depois desce de degrau em degrau uma extensão de mais de 500 metros. A Cachoeira dos Patos assemelha-se com o Vai-Vem, em frente a Casa do Povoador, na margem direita do Rio.

Logo a 3 quilômetros a jusante, no Km 157, encontramos outra cachoeira. Trata-se da Cachoeira do Funil, a montante da Ponte da Rodovia Iracemápolis-Santa Bárbara D'Oeste. A cachoeira, como o próprio nome diz, é um verdadeiro funil, em toda a água do Piracicaba, passando por estreito canal.

Depois desta cachoeira, o Piracicaba corre calmo 37 quilômetros até a Ponte do Lar dos Velinhos, passando apenas por algumas corredeiras, sem grandes desníveis.

Pouco antes da Ponte do Lar Velinhos, as águas do Piracicaba começam ganhar velocidade, que aumenta conforme se aproximam da queda, até se precipitarem no majestoso Salto do Piracicaba.

Depois do Salto, as águas continuam caindo de degrau em degrau até passarem pelo trecho conhecido como Vai-Vem, quando voltam a seguir calmas.

O desnível entre a montante e a jusante do Salto do Piracicaba é de aproximadamente 10 metros.

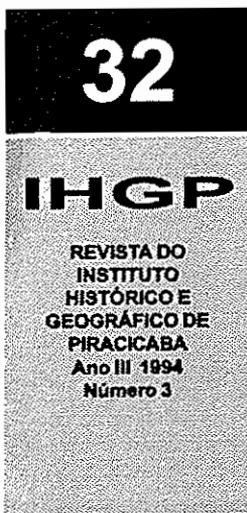
Depois do Salto até a foz do Piracicaba não encontramos mais cachoeiras e quedas d'águas, apenas algumas corredeiras como as do Enxofre, do Mirim, do Guaçu, do Canal Torto, do Limoeiro. A do Guaçu nas proximidades do Bela Vista Nauti Clube é a mais problemática e perigosa, quando a vazão do rio é pouca.

O Rio Piracicaba possui cinco ilhas. A Ilha do Funil no Km 157, em Santa Bárbara d'Oeste. As Ilhas dos Amores, que são as duas ilhas localizadas no Km 118 a montante do Salto, embaixo da Ponte Nova. A Ilha das Flexas, no Km 102. A Ilha da Pedra Preta, localizada no Km 9, próxima a foz do Piracicaba, que foi formada pelo represamento provocado pela Barragem de Barra Bonita.⁽⁴⁾

O Piracicaba é cortado por 14 pontes. As duas da Via Anhangucra no Km 175. A terceira no Km 171 da estrada Americana-Limeira, no bairro de Carióba. A quarta é da FEPASA, no Km 166 a montante da barra do Ribeirão Tatú. A quinta ponte é a da Balsa no Km 162. A sexta é a Ponte do Funil no Km 157, da Rodovia Santa Bárbara D'Oeste-Iracemápolis. A sétima é a Ponte do Monte Alegre no Km 130. A oitava é a Ponte do Lar dos Velinhos no Km 121. A nona ponte é a Ponte Nova, também conhecida como Ponte do Mirante, fica no Km 120. A décima localiza-se no Km 119, é a Ponte Pensil, inaugurada em dezembro de 92. Na verdade trata-se de uma ponte para pedestre ou melhor uma passarela, com finalidade turística. A décima primeira é a Ponte do Morato localizada no Km 118. A décima segunda é a Ponte do Cachão. É cachão mesmo. É Cachão que quer dizer redemoinho de água, borbotão. A Ponte do Cachão localiza-se no Km 114. A décima terceira é a Ponte de Ferro, localiza-se no Km 93 no distrito de Artemis, antigo Porto João Alfredo. Depois da Ponte Nova é a mais antiga das pontes do Piracicaba, também é a única construída em ferro. Como curiosidade, ela foi construída na Europa, embarcada para o Brasil em navio para posteriormente ser montada onde permanece até hoje. Finalmente a décima quarta e última ponte sobre o Piracicaba é a maior de todas. É da rodovia SP - 191 que liga Santa Maria da Serra a Rodovia Marechal Rondon. Está em pleno reservatório de Barra Bonita no Km 24 do Rio Piracicaba.⁽⁵⁾

A extensão exata do Piracicaba é de 177 quilômetros e 450 metros.

A foz do Piracicaba encontra-se no Km 25 do Reservatório de Barra Bonita, onde o Piracicaba encontra-se com o legendário Rio Tietê, nas seguintes coordenadas geográficas: 22° 35' Sul e 48° 20' Oeste. Está a 453 metros acima do nível do mar.



RESENHA

URBE E CONTROLE SOCIAL

Do conceito jurídico de cidade e sua relação com a história urbana

Jorge Luis Mialhe

Mestre em Direito Internacional (USP), doutorando em História Social (USP), professor da UNESP (Rio Claro) e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos (UNICAMP)

Na doutrina jurídica, vários foram os autores que definiram cidade. Optou-se, inicialmente, pelo arrolamento de conceitos representativos de três visões: uma brasileira, uma italiana e uma norte-americana para posterior identificação no quadro de referências históricas elencadas por DELLE DONNE (1979) em interação com CASTELLS (1983) e HAROUEL (1990).

DE PLÁCIDO E SILVA (1987), reserva para cidade um verbete bastante representativo de sua obra. Afirma que (...) "o vocábulo nos vem do civitas latino, com significado muito mais amplo do que aquele em que é tido pela técnica administrativa.

Nesta, com melhor razão, adotou-se o sentido de urbe, também com a tradução de cidade.

E a compreensão do próprio perímetro citadino, está concentrada na frase: *Urbem designat aratro*, frase esta atribuída a Virgílio e que se traduz: ele marca com arado o circuito da cidade.

Desse modo, a cidade compreende o que, vulgarmente, se diz perímetro urbano, não se estendendo, pois, a seus arredores rurais e términos, melhormente compreendidos na jurisdição municipal, não citadina.

Dai se infere a distinção da cidade e do município. Onde termina a zona urbana, termina a cidade. O município é o todo que compreende a cidade, a zona suburbana e a zona rural, sob sua jurisdição, ou intendência. Os subúrbios e os arrabaldes, em realidade, são extremos da cidade, mas não se integram na zona urbana ou citadina.

A doutrina italiana moldou a doutrina brasileira, pois (...) "riconosce il comune como ente autonomo nell'ambito dei principi fissati dalle leggi della Repubblica, che ne determinano le funzioni... Il comune è anche una delle circoscrizioni territoriali statuali, nelle quali sono divisi territorialmente lo Stato le regioni per necessità dell'ordinamento amministrativo"⁽¹⁾

Na visão da common law apresentada por SHUMAKER e LONGSDORF (1912), (...) "Citty in England is an incorporated town or borough wich is or has been the see of a bishop.

(1) Enciclopedia del Diritto.
Milano: Dott. A. Giuffrè - Editore,
1961. v.8, p.178.

33

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1994
Número 3

(2) Apud BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 6ª Ed. Rio: Forense, 1986, p.51.

(3) DELLE DONNE, Marcella. *Teoria sobre a cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.19.

A large town incorporated with certain privileges; the inhabitants of a city; the citizens.

Although the first definition here given is sanctioned by high authority, it is questionable if it is essential to its character as city, even in England, that it has been at any time a see; and it certainly retains its character of a city after it has lost its ecclesiastical character, and in the United States it is clearly unnecessary that should ever have possessed this character. Originally, this word did not signify a town, but a portion of mankind who lived under the same government - what the Romans called *civitas* and the Greeks *polis*; whence the word *politeia*, *civitas* seu *reipublicae status et administratio*.

In the United States, is the highest class of municipal corporation, having extensive municipal powers, required by the presence of a large population".

Em suma, todos esses conceitos possuem um elemento comum: a cidade como sede do governo municipal, qualquer que seja a sua população. No caso brasileiro, a única exigência quantitativa (aliás, indireta como salienta o professor JOSÉ AFONSO DA SILVA (1981), para que um centro urbano adquira a categoria de cidade, é que tenha mais de duzentas casas, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 1, de 09/11/1967, porque é um requisito de criação de Município. Mas é certo que aí se configura um requisito mínimo, que os Estados podem ampliar por suas Constituições ou Leis Orgânicas de Municípios, como alguns o fazem. A maioria, no entanto, só se limita a declarar que a sede do Município lhe dá o nome e tem a categoria de cidade, independentemente de seu volume espacial e populacional.

Tal concepção político-administrativa de cidade está vinculada ao estudo da primeira fase da história do urbano, iniciada no século XIX e encerrada na década de 1930, onde a cidade é estudada como origem das nações organizadas enquanto cidades-Estado. Estado concebido por Kant como "a reunião de uma multidão de homens vivendo sob as leis do direito",⁽²⁾ e guardião dos valores e das instituições historicamente determinadas: "propriedade privada, concorrência, conflito, constituição, mercado, "moral sense", são instituições dentro das quais o indivíduo realiza a sua liberdade... Com o fim de legitimar as instituições da sociedade burguesa os estudiosos seguintes passam, a celebrar a classe que tinha sido artífice e protagonista da formação da cidade e do sistema capitalista. Pirenne, primeiro e Max Weber, depois, tomam como sujeito histórico principal as instituições municipais".⁽³⁾

CASTELLS (1983), recupera a várias posições existentes sobre cidades, desenvolvidas até a década de 1970. Sua crítica ao relativismo, ao empirismo e ao culturalismo perpassa, aproximadamente, um século acerca das posições sobre o fenômeno urbano.

O movimento culturalista, esclarece HARUEL (1990), (...) "fundamenta-se na idéia, cara aos escritores como Max Weber e Sombart, de que a cidade européia pré-industrial representa um momento excepcional da história e permite, graças ao clima particular da comunidade urbana, uma realização do indivíduo e um desabrochar da cultura".

Tal cultura urbana depende de nível técnico e de capital processado pela evolução histórica da cidade. Na medida em que, nas diversas partes do mundo, a tecnologia vai sendo dominada e o aumento do capital se socializa, obtém-se uma melhoria das condições de vida na cidade de forma lenta e gradual.

Citando o norte-americano L. Mumford, CASTELLS sintetiza o discurso culturalista: (...) "a cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura política-administrativa de uma sociedade que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico e social (natural e cultural) de tal ordem que existe



uma diferenciação do produto em reprodução simples e ampliada da força de trabalho chegando a um sistema de distribuição e de troca, que supõe a existência:

1. de um sistema de classes sociais;
2. de um sistema político permitindo ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe;
3. de um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne à cultura e à técnica;
4. de um sistema de troca com o exterior”.

Weber crê que a cidade-Estado, entendida ao longo dos séculos, é um fenômeno essencialmente ocidental, bem como o direito legal-racional criado por juristas, interpretado e empregado racionalmente.⁽⁴⁾

Como bem assinalou RENÉ DREIFUSS⁽⁵⁾, a cidade ocidental, para Weber, é a resultante de práticas, de idéias e de uma diferenciação regrada de interesses, inclusive em matéria de organização defensiva ou militar.⁽⁶⁾ Tal ingrediente de força é incluído no cotidiano e nos regulamentos de um espaço que Weber considera como sendo o embrião de uma noção de prática de Estado. É na cidade que Weber enxerga uma especialização, um embrião de uma concentração de um mecanismo de força e de outros fenômenos ligados ao armamento, à localização, à distribuição e à configuração de um espaço militar de defesa interna explicitado, por exemplo, numa infantaria disciplinada que deve atuar não num campo aberto, mas nas “dobras” das cidades, nos espaços reduzidos de manobras. Há um outro tipo de treinamento com a localização das tropas num espaço físico determinado e o desenvolvimento de novos equipamentos, de técnicas e de maquinários especializados visando o aperfeiçoamento do controle. É, portanto, a afirmação de um espaço militar, o que poderíamos denominar defesa interna ou “segurança nacional”.

É na cidade que se organiza a força. Força que viabiliza o burgo, que lhe dá condições de se manter perante o embate do senhor feudal (ou do monarca) e assegura o espaço vital do burguês. É a força social e política da cidade que permite a sua predominância cultural transformadora, pois ela irá com a bandeira do progresso mas com a espada na mão, conquistando os espaços territoriais e impondo suas leis.

CASTELLS nos revela a cidade como o local das lutas. A visão tradicional, conservadora e orgânica de cidade (disciplinada e saneada), escamoteia o conflito. Para CASTELLS, o fundamental é mostrar a cidade como lugar privilegiado de conflitos de classes e de superação da ordem estabelecida pelo capitalismo.

Isso implica no questionamento do conceito de urbanização em função deste estar ligado à regulamentação da vida no espaço. Todo discurso que se faz em torno da harmonização da cidade é essencialmente, um discurso ideológico.

A tradicional Teoria do Direito ao acreditar na depuração do jurídico, livrando-o das influências políticas e econômicas, passou - como constata FARIA (1988) - “a enfrentar problemas cada vez maiores tanto nos contextos do capitalismo avançado quanto nas sociedades em desenvolvimento. Hoje, tais paradigmas estão sendo substituídos por outros mais sensíveis aos modelos analíticos abrangentes, com crescentes conotações sociológicas, vinculando as transformações do direito à crescente complexidade da sociedade de classes”. Só assim será possível a inversão da triste constatação de ENGELS (1986): “... em toda parte pilhagem recíproca com a cobertura da lei”.

(4) Nesse sentido cf. Kelsen, Hans. Teoria pura do direito. 1ª ed. (tradução de Fernando de Miranda, prefácio de Fernando Pinto Loureiro). São Paulo: Saraiva, 1939. 2ª ed. (tradução de João Baptista Machado). Coimbra: Arménio Amado Editora, 1984.

(5) Possivelmente a melhor crítica ao pensamento Kelseniano partiu de VILLEY, Michel. Philosophie du Droit. Paris: Dalloz, 1972: p.206 (...) “Kelsen reduziu o direito a uma ciência no sentido positivista da palavra. Para Kelsen, o jurista se ocupa em arquitetar sistemas de normas. Não importa quais: nazista ou stalinista. O jurista é neutro, pouco lhe importa que as normas visem o domínio da raça germânica sobre o mundo, etc simplesmente as esuda”.

(6) Cf. HAROUËL, Jean-Louis. História do Urbanismo. Campinas: Papirus, 1990, p.40.

35

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política, 6ª ed. Rio: Forense, 1986.
CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio: Paz e Terra, 1983.
DELLE DONNE, Marcella. Teorias sobre a cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1986.
FARIA, José Eduardo. Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social. São Paulo: Edusp, 1988.
FREUNDE, Julien. Sociologia de Max Weber. 2ª ed. Rio: Forense Universitária, 1975.
HAROUËL, Jean-Louis. História do Urbanismo. Campinas: Papyrus, 1990.
SHUMAKER, Walter, LONGSDORF, George. The Cyclopedic Law Dictionary. Chicago: Callaghan and Com., 1912. p. 151-2.
SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 10ª ed. Rio: Forense, 1987. t.1, p. 427-8.
SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

RESUMO

Partindo das definições de cidade, concebidas pelas doutrinas jurídicas brasileira, italiana e norte-americana, o artigo discute a vinculação da concepção político-administrativa de cidade aos estudos de história urbana desenvolvidos por Delle Donne, Castells e Harouel. A urbe deve ser mostrada como lugar privilegiado de conflitos de classes e de superação da ordem estabelecida pelo capitalismo.

Isso implica no questionamento do conceito de urbanização em função deste estar ligado ao controle da vida no espaço urbano. Todo discurso que se faz em torno da harmonização da cidade é, essencialmente, um discurso ideológico.

PALAVRAS-CHAVE

Controle social - História urbana - Cidade



PERFIS

MAJOR MELCHIOR DE MELLO CASTANHO

Milton Ferraz de Arruda

O Major Melchior de Mello Castanho, meu bisavô, filho de Balduino de Mello Castanho e de Antônio de Padua do Amaral Girgel, nasceu em Itu no dia 20 de abril de 1800. Aos 15 anos já era soldado miliciano e no dia 1º de Agosto de 1817, jurou bandeira. Pouco depois, no dia 20 de Agosto, com apenas 12 anos, partiu para as guerras do Sul, movida pelo Governo do Império contra os castelhanos. Iniciou a luta muito jovem, mas permaneceu lutando 11 anos, em cujo longo decorrer foi promovido diversas vezes por atos de bravura e indiscutível capacidade de comando, atingindo ao final da campanha o posto de Major. Em certa ocasião enfrentou sozinho 3 soldados adversários, tendo recebido nesse combate um golpe de espada na testa, do qual conservava uma cicatriz. Mas dois soldados gaúchos vieram em seu socorro, e com essa ajuda os inimigos foram eliminados.

No decorrer da guerra de tão longa duração e de grandes e memoráveis batalhas, o Major Melchior caiu prisioneiro três vezes, conseguindo sempre fugir e retornar ao comando de suas tropas. Na terceira e última vez, preso, numa cela inimiga, fora condenado à morte. Aconteceu que o carcereiro, impressionado com a sua simpatia e grande personalidade, tornou-se seu amigo e admirador. E assim, na véspera da data marcada para a sua execução procurou por ele e lhe disse "Major Mello, um homem do seu valor não pode morrer assim. Eu vou deixar esta noite aberta a porta da prisão e um cavalo amarrado na proximidade. De madrugada o senhor abre a porta, apanha o cavalo e foge". Debalde o Major procurou dissuadi-lo dessa iniciativa, citando o risco que estaria correndo. De fato encontrando tudo o que havia sido proposto pelo carcereiro, não lhe foi difícil fugir do inimigo por mais essa vez, embora galopando debaixo de fuzilaria. Obteve estas informações em relato pessoal de meu avô, o Cap. Vicente do Amaral Mello, de saudosa memória, que sabia muito a respeito desse seu genitor.

Em 1.828, Melchior de Mello Castanho, então com 26 anos de idade e graduação de major, conquistado em duros combates, retornou a Itu sua cidade natal. Em 1.829 casava-se em Campinas com Da. Eufrosina Ferraz de Camargo, filha do Sargento mor José da Rocha de Camargo e de Ana Maria Ferraz, proprietários da Fazenda Anhumas, fazenda essa que ele administrava de 1.829 a 1.834. Em 1.845 mudou-se para Piracicaba, cidade que adotou como definitivamente sua. Aqui trabalhou como lavrador, possuindo engenho de açúcar e 15 escravos em sua fazenda no então Distrito de Rio das Pedras. Como político foi vereador e presidente da nossa Câmara Municipal até 1.842, data da revolução dos "chimangos".

Em data recente o Major Melchior de Mello Castanho foi homenageado pela nossa Prefeitura Municipal e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, pela sua participação ativa na revolta de 1.842, com festividades

37

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

organizada sob a orientação da ilustre professora e historiadora Marly Terezinha Germano Percim, que em brilhante palestra discorreu sobre o evento. A revolução dos “chimangos”, como era chamada, teve como principais líderes, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, de Sorocaba e o padre Diogo Antonio Feijó; ex-Regente do Império, que por sua vez era primo em 2º grau do meu bisavô, Major Melchior de Mello Castanho.

Em 1.842, após depor os componentes do Governo Municipal de Piracicaba, o Major Melchior nomeou os seus substitutos e, em seguida, à frente de um grupo de voluntários seguiu para Campinas, a fim de tomar parte no combate da Venda Grande, contra a poderosa Força Imperial. Nesse combate uniu-se ao grupo do Cap. Boaventura do Amaral, seu tio e com quem teria participado nas guerras do Sul, especialmente no celebre bloqueio da cidade de Montevidéu, pelas tropas brasileiras. Tendo de enfrentar forças muito mais poderosas e bem armadas, os “chimangos” foram apanhados de surpresa e facilmente derrotados pelo exército imperial. Algum tempo antes do combate que teria sido realizado no dia 7 de junho de 1.842, segundo o relato de meu avô, o Cap. Vicente, o Cap. Boaventura do Amaral, seu tio avô, teria advertido o alto comando sobre as precárias condições em que se encontravam entricheirados, sugerindo outro local menos vulnerável para a defesa, naturalmente prevenido o desastre que de fato aconteceria. Mas o comandante em chefe dissera: “Cap. Boaventura, você está com receio, nem parece o valente soldado das guerras do Sul”. O Cap. Boaventura não deixou para depois “Não estou com medo. Estou apenas advertindo sobre o grave risco de enfrentar o inimigo numa posição inadequada, com o inútil sacrifício de nossos soldados”. Mas você verá! Eu vou morrer na minha peça. E você vai ser um dos primeiros a fugir”. E realmente isso aconteceu. O Cap. Boaventura inorreu na sua peça. E o comandante geral fugiu.

O Duque de Caxias dirigente supremo das forças imperiais teria dito “O Cap. Boaventura do Amaral foi um bravo. É pena que o Brasil perca homens desse feitio”. Foi o maior elogio que o comandante teria recebido, partindo de quem partiu. Porém já estava morto.

O Major Melchior de Mello Castanho, nessa ocasião caiu prisioneiro. E ao sacar a sua arma para entregá-la ao comandante vitorioso, este lhe teria dito. “Major, guarde a sua espada. Um oficial com todos os seus méritos e tantos serviços prestados à Pátria, não se desarma”. E assim o Major Mello permaneceu prisioneiro com a anistia concedida da qual se aproveitou para voltar a Piracicaba, cidade onde permaneceu até o fim de sua vida.

O Major Melchior de Mello Castanho deveria ter sido despojado de todos os seus bens, como teria acontecido a todos os seus companheiros da Revolução de Sorocaba. Apenas estou supondo. Mas conheci, na Casa Grande de meu avô Vicente, no largo do Mercado, duas belíssimas mobílias clássicas, que teriam sido suas. Uma de sala de jantar e outra de copa que ainda existem. Ele gozava de grande prestígio nos meios políticos e militares do seu tempo. E mantinha sólidas relações com os barões e demais pessoas nobres do império. Estes, quando viajavam, como era costume, levavam roupa de cama e tudo o que precisavam para a sua acomodação. Mas quando se dirigiam à casa do Major, onde eram hospedados com todo conforto e máxima limpeza, nada levavam, pois não havia necessidade. O Major era pessoa de fino trato e muito bom gosto, capacitado, portanto, para receber visitas mais ilustres e exigentes.

Dentre os vários objetos e documentos deixados para o meu avô Vicente, ele tinha um especial carinho por uma velha fotografia do seu pai, única existente, muito estragada e quase destruída pelas traças. Como o meu pai, Fernando Ferraz de Arruda Pinto, seu genro, era conhecido como exímio fotógrafo, com grandes prêmios conseguidos em nosso país e até no estrangeiro, ele foi por ele solicitado a reformular essa fotografia, o que conseguiu fazer, trabalhando com muita habilidade e dedicação. E saiu perfeita. Esta fotografia assim restaurada, foi reproduzida por outro artista, a crayon, o grande pintor piracicabano Arquimedes Dutra, tendo sido exposta na Praça José Bonifácio, ao lado de outras, de grandes vultos históricos de nossa cidade, na data comemorativa do seu bicentenário. E hoje se encontra no museu Prudente de Moraes. Esta fotografia foi também reproduzida para ilustração do trabalho publicado pelo primo e genealogista Dr. Marcelo Meira do Amaral Bogociovas sob o título “Os irmãos Mello, de Itu na revista comemorativa do Cincoentenário do Instituto Genealógico Brasileiro”, de cujo trabalho tirei algumas informações para a elaboração deste artigo.

38

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

PERFIS

NICOLAU ATHANASSOF

(1978-1955)

F. Pimentel-Gomes

Nascido na cidade de Pleven (Bulgária), Nicolau Athanassof foi professor primário às margens do rio Danúbio. A seguir, viajou para a Bélgica, a fim de estudar Agronomia na Faculté des Sciences Agronomiques, de Gembloux. Uma vez diplomado, em 1900, trabalhou na Bulgária por algum tempo, mas, no período de 1904 a 1906, fez curso de aperfeiçoamento na Escola de Agronomia de Grignon (França). Também se especializou na Alemanha e na Suíça. Veio depois para o Brasil e, em 1908, ingressou na 5ª Cadeira (Zootecnia) da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, como se chamava então a nossa Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Em 1910, a convite do Governo Federal, foi, sucessivamente, Diretor do Departamento de Indústria Animal, do Ministério de Agricultura, e Diretor do Posto Zootécnico e da Escola de Agricultura de Pinheiro (RJ). Voltou à ESALQ em 1915, e aí permaneceu como Professor Catedrático de Zootecnia, até sua aposentadoria compulsória (aos 70 anos), em 1948. Organizou, a convite do Governo Federal, uma exposição agropecuária no Rio de Janeiro, e representou o Brasil em exposições de animais realizados na Argentina e o Uruguai.

Publicou dois livros: o Manual do Criador de Bovinos e o Manual do Criador de Suínos, além de numerosos artigos zootécnicos. Foi sócio fundador do Rotary Clube de Piracicaba. Com o auxílio de dois ex-alunos, Salvador de Toledo Piza Júnior e Octavio Domingues, fundou em 1926, a Revista de Agricultura, que circula até hoje. Dirigiu-a enquanto viveu, e dela foi colaborador assíduo.

Solteiro até o fim da vida, morava em casa modesta, no campus da ESALQ, ao lado do estábulo de bovinos. Professor dedicadíssimo e de renome, tinha fama de não reprovar ninguém. Disso abusavam alguns estudantes, que se apresentavam para prova oral na maior ignorância. Terminada a arguição - comentava-se - dizia ele:

- Não sabe nada, **non**, tem seis!

Ora, com a nota seis o aluno estava aprovado plenamente...

Outra característica sua era a de interpolar em todas as frases a partícula non, com abundância. Até o Hino Nacional, ele o cantava, com esse acréscimo:

39

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

- Ouviram, non, do Ipiranga, non, as margens plácidas, non, De um povo heróico, non, o brado retumbante, non...

Naturalizado brasileiro e grande apreciador do Brasil, jamais manifestava saudade da Europa. Mas nunca aprendeu perfeitamente a Língua Portuguesa. Nas suas aulas e na conversação, usava termos estranhos, já famosos. Dizia, numa aula prática:

- Este animal, non, tem um "temperamento", non, um tanto irritadiço, non...

Ou então:

- É uma caterva, non, de suínos, non, de "esquêto" leve, non.

Há outra anedota curiosa referente a Nicolau Athanassof, que me foi contada pelo Prof. Friedrich Gustav Brieger, da Cadeira de Genética da ESALQ, testemunha ocular dos fatos. Com efeito, criada uma Seção Técnica anexa à 5ª Cadeira (Zootecnia), em 1934, por ocasião da incorporação da ESALQ à Universidade de São Paulo, novas seções técnicas foram organizadas e a ela se juntaram em 1944, no governo de Fernando Costa. Em certa época, havia reunião mensal das seções técnicas, para discussão das pesquisas em andamento. Numa dessas reuniões, relatou o Prof. Athanassof o início de um experimento sobre a alimentação de leitões. Nos dois meses seguintes, mencionou ele a continuação do ensaio. Mas, na reunião do quarto mês, calava-se o ilustre zootecnista. Perguntaram-lhe então:

- E o experimento de alimentação de leitões, Professor, como vai?

Um tanto constrangido, o Prof. Athanassof respondeu apenas!

- Chegou o Natal, non...

Em resumo, cá entre nós, é bem sabido que nenhum ensaio com leitões, ainda que de famosos zootecnistas, resiste às inadiáveis necessidades culinárias da ceia de Natal.

Grande homem foi Nicolau Athanassof. Fui seu aluno em 1943 e seu amigo em seus últimos dias e pude reconhecer que grande caráter, que vontade de acertar e de ser útil, que atividade incansável apresentava. Muito deve o Brasil a esse búlgaro notável, que tanto contribuiu para a Zootecnia nacional.

Faleceu em 03 de agosto de 1955, no campus da ESALQ. E eu me honro de ser seu sucessor na Direção da Revista de Agricultura, à qual ele tanto se dedicou enquanto viveu.

40

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

PERFIS

PROFESSOR BENEDICTO DE ANDRADE

O Homem - O Mestre - O Amigo

Antonio Messias Galdino

Advogado, Sócio fundador do IHGP

BENEDICTO DE ANDRADE, filho de Cassiano Nogueira dos Santos e de D. Elisa Benedita de Andrade, nasceu a 10 de setembro de 1913, na cidade de São José do Rio Pardo, neste Estado. Depois, filho adotivo, único do Cel. Luiz Thomaz de Andrade e de da. Luiza Maria Ribeiro de Andrade.

Desde a infância revelou vocação para os estudos, mas não teve a sorrir-lhe as mil e uma felicidades que ocorrem aos mais favorecidos pela fortuna. O desejo de estudar e o de ser alguém útil à sociedade e à Pátria, fê-lo caminhar, de busto erguido, alimentado por esperanças e ideais, no curso primário, no então Grupo Escolar "Dr. Cândido Rodrigues". Coursou-o brilhantemente. E um dia recebeu o maior tesouro, sua maior riqueza do tempo de menino, o diploma de conclusão do referido curso, que é, face à sua inegável e exuberante cultura, o único diploma que possuiu. E este fato, testemunha o valor, a fibra, têmpera bandeirante, a envergadura moral do ilustrado Prof. Benedicto de Andrade.

Dotado de uma férrea e decidida vontade de vencer, o então menino Benedicto de Andrade matriculou-se no Colégio São José, onde fez o curso complementar até aos 15 anos. Foi nesse período que São José do Rio Pardo começou a ler os seus primeiros trabalhos nas colunas do jornal "GAZETA DO RIO PARDO". Madrugou assim no jornalismo, pondo a sua pena brilhante a serviço do bem, da coletividade e da cultura.

Iniciou uma carreira brilhante no domínio artístico cultural, lutando com inúmeras dificuldades, todas superadas pela sua força de vontade e pelo seu idealismo. Com José Navarro, arrojadamente, ciente dos problemas, das decepções e das vicissitudes fundou o semanário "Zás-Tráz", que teve boa aceitação. Colaborou ainda na "Resenha", periódico rio-pardense.

Sua juventude ficou assinalada, no tempo e no espaço, com essa atuação precoce e brilhante na imprensa interiorana.

Concluídos os estudos no curso complementar do Colégio São José, foi prestar exames parcelados no Ginásio do Estado "Culto à Ciência", de Campinas, onde obteve, com louvores, o certificado do curso secundário.

Lutando com as adversidades da vida e superando-as por seu próprio esforço e valor, eis-lo aos dezenove anos, a prestar concurso na Delegacia de Ensino de Casa Branca, para poder exercer o magistério particular. Seu dinamismo veio mais uma vez concretizar outra realização. Para atender aos numerosos jovens, carentes de escolas preparatórias, fundou o Instituto São Paulo, com o objetivo de ministrar ensinamentos para a admissão ao ginásio, madureza e mais ainda, proporcionar um curso de repetição de matérias.

Era agora um moço idealista, sequioso de novos conhecimentos, a lutar por um futuro onde todas as angústias e as canseiras das jornadas fossem recompensadas com as alegrias que são os prêmios confortadores dos lutadores.

41

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

Vê novos horizontes na cidade de Campinas. E nessa cidade cursou o 1º ano do curso pré-jurídico, no Colégio "Cesário Motta". Para estudar e manter-se trabalhou como revisor e, mais tarde como redator, no "Correio Popular" dessa cidade. Mas os imprevistos e as dificuldades barraram-lhe os passos. Não desanimou. Impossibilitado de prosseguir seus estudos, retornou a São José do Rio Pardo, reiniciando suas atividades no magistério.

Possuidor de larga experiência, não obstante os seus vinte e poucos anos de idade, fundou, com o Prof. Célio Figueiredo Ferraz, a Escola de Comércio "Pedro II".

Em 1942, foi convidado para substituto de professor de francês no Ginásio Estadual "Euclides da Cunha", hoje Escola Estadual de 1º e 2º Graus "Euclides da Cunha".

Como professor revelou um dom todo particular cativando o aluno, despertando-lhe a atenção, o interesse e o amor aos estudos.

Em 1945, passou a reger interinamente a Cadeira de espanhol do mesmo estabelecimento. Estudando praticamente sozinho, assenhorou-se do nosso idioma, do francês e do espanhol, estudando ainda o inglês, o grego e o russo.

Em 1949, realizou concurso para a Cátedra de Português e efetivou-se no Colégio Estadual e Escola Normal de Lins.

Em 1950, através do concurso de remoção, escolheu a cadeira de Português, no Instituto de Educação "Sud Mennucci", onde enriqueceu com o seu acervo cultural e o seu valor o patrimônio da cidade. E os piracicabanos puderam apreciar a riqueza de sua cultura da cidade. E os piracicabanos puderam apreciar a riqueza de sua cultura através das colunas dos jornais locais, nos quais publicou poesias, contos, crônicas, comentários e não poucos artigos de interesse à comunidade. Movimentou a Cátedra de Português, no tradicional Instituto de Educação "Sud Mennucci", e todos devem estar lembrados do que apresentou, com seus alunos, em não poucas sessões artístico-literárias.

Orador de raros e preciosos predicados, não poucas vezes encantou os riopardenses e os piracicabanos com a sua palavra fluente, rica, eloqüente. Civismo, entusiasmo e cultura foram sempre constantes de sua presença na tribuna.

Em 1955 prestou concurso para a Cadeira de Espanhol, saindo-se com brilhantismo. Para este concurso, embora possuísse larga soma de conhecimentos, viajou por conta própria com sacrifícios, para o Uruguai e Argentina, onde permaneceu cerca de vinte dias estudando, observando e aprimorando-se no idioma do qual deveria prestar concurso, tal o seu desejo em adquirir sólidos conhecimentos e fazer jus, por merecimento, ao honroso título de professor dessa disciplina.

Aprovado com brilhantismo no referido concurso, então realizado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, desistiu da escolha.

Em São José do Rio Pardo pertenceu à diretoria da Frente Negra Brasileira. Organizou nessa cidade o teatro amador, escrevendo e montando a revista, "prata da casa".

Como teatrólogo revelou notáveis conhecimentos e profundo senso de gosto artístico.

Foi um dos fundadores da Rádio Difusora, ZYD-6, de São José do Rio Pardo, e seu diretor artístico durante cinco anos. Como radialista foi uma esplêndida revelação. Com Raul Brunini venceu concurso para locutor da Rádio Tupi, do Rio de Janeiro, onde atuou algumas semanas. Porém, viu-se obrigado a regressar a São José, por motivos de família, onde mais uma vez era o filho único que devia voltar ao convívio de mãe adotiva, já então viúva.

Pelas mesmas razões, só pôde ficar em São Paulo, na capital bandeirante, um ano, quando novamente tentou fazer o curso de Direito na Faculdade do Largo São Francisco. Nesse ano foi redator do jornal "O Dia" e orador oficial da União Negra Brasileira, a maior agremiação da raça no Estado.

Ainda em São José foi professor da Escola Normal Livre, a qual teve a vistoria do professor Erolides de Campos, para efeito de reconhecimento como escola oficial.

Na cidade de Lins, além de suas funções no Colégio do Estado, foi professor do Colégio Americano.

Em Piracicaba, lecionou ainda na Escola de Comércio "Cristóvão Colombo", durante três anos, sendo paraninfo de duas turmas de contadores.

42

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

No plano político, foi candidato a deputado federal no pleito de 1958, elegendo-se suplente. Exerceu o mandato de vereador à Câmara Municipal de Piracicaba, na gestão de 1969 a 1972, exercendo o cargo de vice-Presidente.

Sua atuação na Câmara Municipal de Piracicaba foi abrangente, abordando diferentes assuntos de interesse municipal, merecendo sua atenção especial a educação, a cultura e o esporte, do qual foi um dos melhores incentivadores. Voltado aos problemas das populações periféricas, apresentou proposituras de grande alcance social, como extensão de rede de água e energia elétrica às populações carentes.

Seus pronunciamentos na tribuna da Câmara Municipal sempre foram de grande profundidade na análise dos problemas comunitários, trazendo sugestões para os encaminhamentos das proposituras apresentadas. Foi incentivador da criação do "Banco de Olhos" de Piracicaba, tendo participação ativa na sua atuação e desenvolvimento na cidade.

Participou de diversas comissões técnicas na Câmara Municipal, deixando consignados os mais expressivos pareceres.

Em 1962, graças à sua atuação marcante no domínio cultural em nosso Estado, recebeu a honrosa condecoração do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: a Medalha Comemorativa "Imperatriz Leopoldina" e respectivo diploma.

No movimento euclidiano em São José do Rio Pardo teve sempre destacada atuação, participando intensamente das Semanas Euclidianas como figura de destaque e de presença indispensável quer pelo conhecimento sobre intrincados assuntos, quer pelo bom humor e otimismo que contagiava a cidade nos dias em que ali permanecia.

Era orador oficial quando se comemorava o Episódio Republicano, no Hotel Brasil, dia 11 de agosto e, na herma de Euclides da Cunha, seus vibrantes discursos-poemas serão sempre lembrados por todos aqueles que o ouviram.

Iniciou a participação do Instituto de Educação Sud Mennucci nas comemorações da semana Euclides da Cunha, tendo levado diversos alunos daquele estabelecimento a participarem da Maratona Euclidiana que reunia estudantes de todo o interior do Estado, para discutirem a vida e a obra do imortal escritor e participarem do concurso de monografias, instituído, anualmente, pela Casa de Euclides da Cunha de São José do Rio Pardo. Tivemos a satisfação de, por duas vezes, representar o glorioso "Sud Mennucci", na Maratona Euclidiana, levado pelas mãos do mestre Benedito de Andrade.

A admiração e estima que o Prof. Benedito de Andrade grangeou entre seus alunos podem ser avaliadas pelas palavras de uma de suas ex-alunas, a pesquisadora e historiadora Marly Therezinha Germano Percin, que a ele se refere nestes termos: "Lembramo-nos do mestre, exímio comunicador em sala de aula, expandindo no vozeirão e na alegria, aquilo que os jovens estudantes afigurava-se a prática de uma magnífica cultura. Conhecedor de Francês, Espanhol e Português, dotado de versatilidade, pendoros artísticos e excelente oratória, conquistou os alunos do 1º científico em 1952, declamando, narrando, avaliando. Respeitá-mo-lo pela cultura, simpatia, e, principalmente, por aquele dom de atingir o aluno, aquele fato de investigador que induzia a descobrir talentos. Fazia observações à margem do papel das provas: - "vosmecê tem jeito para a novela e o romance, escreva". Certa feita procurou-me: - quero o vosso trabalho de pesquisa para publicar". Não liberava jamais os seus alunos. Terminado o curso, eles continuavam sob a sua observação. Podiam encontrá-lo ao longo da vida, modificados pela natural evolução de cada um, porém o mestre conservava-se o mesmo alegre comunicador, solícito para com os problemas, sempre pronto a oferecer o carinho do seu enorme coração, até falecer em 1976. Examinamos o seu prontuário na Escola Sud Mennucci, uma das poucas lembranças materiais da sua passagem nesta vida. Os documentos são frios e contam apenas da sua vida funcional no magistério: faltas, licenças de saúde, contagem de tempo e aposentadoria em 1969. Nada que lhe faça jus à brilhante inteligência e ao dedicado exercício da profissão.

O melhor deste grande personagem está por aí, em plena vida, na memória dos seus alunos, amigos, familiares, ricos e pobres, grandes e pequenos. De sua imensa capacidade de amar e fazer amigos, restam sim, duas expressões vivas e materiais: as córneas, que ele doou a duas crianças cegas, que da sua noite nasceram para a luz do mundo, da graça e da beleza que ele ensinou".

43

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

Entre os colegas de magistério gozou de grande respeito e simpatia, que são sintetizados nas palavras do companheiro de magistério, Prof. Benedicto Antonio Cotrim, com estas palavras: "Foi professor de Língua Portuguesa e conhecedor abalizado das Literaturas portuguesa e brasileira. Quando veio a Piracicaba, para ser titular da cadeira de Português no Instituto de Educação Sud Mennucci, causou um grande impacto. Foi o primeiro professor de cor negra a lecionar para a totalidade de alunos brancos. Logo porém, impôs-se, não só pela cultura, mas pela versatilidade do talento que o fazia ganhador da amizade, de todos com quem convivia. Na oratória, tinha o dom do improviso fácil e sua voz era de tenor, agradando aos ouvintes porque sabia dar a impostação correta e sempre tinha os gestos comedidos. Chegou a fazer versos, não sei se publicados aqui ou alhures, mas o fazia com inspiração romântica seguindo normas de métrica qual um parnasiano. Na política era democrático apaixonado e esnobava suas teorias liberais porque não admitia a ditadura como costumava dizer: o cativo de "vosmecês" brancos. Tinha seus prazeres de boêmio, daí a paixão que devotava aos canções da música popular, principalmente, quando interpretadas por um crioulo a seu gosto. Como Presidente de algumas sociedades ou agremiações, era o incentivador do teatro, descobrindo vocações para a ribalta. Alegre, sempre contagiava a todos com seus "chistes" ou piadas de momento. Ai de quem estivesse desprevenido. Aqui fica uma pálida demonstração da saudade minha e homenagem nossa ao erudito e grande professor Benedicto de Andrade".



O Prof. Benedicto de Andrade foi casado com a Sra. Elmália Silva de Andrade e o casal teve quatro filhos: Luiza Maria, Neusa Maria, Alita Maria e Benedito de Andrade Junior.

Tivemos rara oportunidade de ser seu aluno, não apenas aluno mas seu amigo e tê-lo como conselheiro por longos anos. Privamos de sua amizade e como era bom ouvi-lo, por horas, bebendo dos seus ensinamentos, ouvindo suas histórias e relatos de suas experiências. Era um narrador alegre com muito senso de humor, intercalando sua conversa com piadas de fino humor.

Por ocasião de sua morte, em 1976, exercíamos o honroso cargo de Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, e acompanhamos o seu corpo até a cidade de São José do Rio Pardo. Lá, a estima que lhe devotam os riopardenses, foi demonstrada pela verdadeira multidão que acompanhou o féretro até ao cemitério. Seus restos mortais repousam ao som das águas do Rio Pardo, cujas margens por inúmeras vezes foram testemunhas da eloquência de orador privilegiado, que foi o Prof. Benedicto de Andrade, a quem tributamos a nossa homenagem.

44

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

CRÔNICA

AUTOBIOGRAFANDO

PIRACICABA, SAÚDO-TE

PEDRO SILVEIRA ROCHA

Sócio Correspondente do IHGP

Estávamos no ano de 1915 a alguns meses do irrompimento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Próximo da Vila Rezende, em uma fazenda do Engenho Central denominada Santa Lídia, nascia, no dia 11 de maio, o 9º filho do Sr. João Silveira Rocha e D. Etelvina Martins Rocha, o qual foi levado à Pia Batismal com o nome de Pedro. Pedrinho crescia robusto, vivendo em uma fazenda onde tinha tudo para ser feliz. Contava 6 anos de idade quando o anjo da paz - a morte - pela varíola que grassava em Piracicaba entre 1918/1922, levava o seu progenitor, o benquisto administrador daquela fazenda canavieira, para a mansão dos justos.

A vida tem suas mutações e suas consequências. Em razão das situações surgidas, o Pedro, anos depois, foi residir com a mãe e os irmãos da estação, na fazenda Areião, algumas centenas de metros da estação da Sorocabana, fazenda que o Benedito, o irmão mais velho passou a administrar.

Em Vila Rezende, no Grupo Escolar Barão de Serra Negra, continuou o estudo das primeiras letras iniciado nas Escolas Reunidas do Guamium, em Corumbataí. No Grupo Escolar Moraes Barros matriculou-se para fazer o 4º ano. Estava no 6º mês do curso quando, de novo, a morte ronda o seu lar levando desta vez o irmão administrador.

Em virtude de mudança para Rafard, onde foi morar - mãe e irmãos - com o Orlando, o outro irmão, não completou o primário no Moraes Barros e em nenhuma outra escola mais.

Mocinho, ao tempo em que todo o brasileiro é poeta, decerto por influência da mãe que vivia dizendo versos de Castro Alves, já revelava gosto pela poesia, já sentia os cálidos olhares de uma das filhas de Zeus, já sentia os mornos bafejos da Musa.

Nunca, depois do primário, teve um professor senão o livro, senão, por uns dias, um padre. Nunca teve um incentivo literário senão o da mãe, quando a ela mostrava o que escrevia, senão, depois, o da esposa que nunca deixou de dar sua opinião como companheira e amiga que sempre desejou o seu sucesso.

A bem da verdade, o Pedro chegou onde chegou graças ao seu esforço, à sua perseverança, ao gosto pela arte de escrever.

45

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1984
Número 3

Viu, não se lembra em que água, o barco “Querer é Poder” e nele navegando, realizou grandes e maravilhosas viagens ao reino encantado da palavra escrita - da prosa e da poesia - enlevando-se com a imagem bonita de um verso ou com a frase bem feita que, para sua própria surpresa, às vezes depunha na folha amiga do papel branco, assim, sem o sentir, ia fortalecendo o espírito e a ele criando um ideal. E, então, transformado no sincero amigo do livro, preso à arte que o ajudou a ser útil à terra que adotou e à sociedade em que vive, acabou, por divina graça, se tornando um membro da academia de letras.

O seu primeiro livro (de versos) publicou-o em 1960, o que lhe deu ensejo de figurar no “Dicionário de Autores Paulistas”, de autoria de Luís Corrêa de Mello.

Em 1952, com maior empenho a partir de 1953, Rafard, pelos seus filhos, houve por bem encetar uma campanha de emancipação social, política e administrativa. E o Pedro, que lá criara raízes, construíra um lar e edificara uma família, e que já gozava fama de beletrista e de defensor de sua causa, foi também mobilizado e acabou perfilando-se como líder ao lado dos líderes desse primeiro movimento autonomista.

Malogrou, nesse desejo, o intento rafardense, todavia, os seus líderes não se desanimaram, prosseguiram a luta e depois de vitórias e derrotas, aliás, que a tornaram notável, viram seus esforços coroados com a elevação de Rafard à categoria de município.

O Pedro, nesse tempo funcionário da Prefeitura Municipal de Capivari, por razões óbvias, não participou dessa segunda campanha, não obstante a acompanhasse de perto e a quisesse vitoriosa como todos os bons rafardenses.

A luta foi bonita demais e ele, desde então, passou a alimentar a idéias de escrever a história de Rafard. E rabiscando papéis, rebuscando gavetas e arquivos, consultando livros, leis e decretos, recortando notas e artigos de jornais, colhendo informações de pessoas idosas da localidade, conforme isso diz no respectivo prefácio, anotando tudo que via e ouvia, assim chegou à conclusão do trabalho que, acredito, melhormente o credenciara a gozar do convívio de ilustres homens de letras da formosa “Noiva da Colina”, de sua Piracicaba tão querida.

Não sem muito pensar, sem muito vacilar que se decidiu a aceitar tão grande honra, a ser um inquilino dessa nobre Casa.

Como arvorar-se alguém a membro de uma academia de letras, alguém que conhece o limite de sua capacidade intelectual?

Um dia conheceu um piracicabano dotado de invejáveis dons, admirado pelo fulgor de sua inteligência que, como todos os grandes vultos das Letras e naturalmente da História, dedicava seus momentos de vida ao útil, ao importante, à grandeza de sua Piracicaba. Dele se tornou amigo. Deu-lhe, considerando essa amizade, à leitura, para que os apreciasse e os criticasse, dois trabalhos em prosa e em versos. João Chiarini - era esse o seu nome - por essa razão certamente, ou porque já conhecia o seu primeiro livro, ou porque o Pedro é piracicabano, convidou-o para se tornar um membro da Academia Piracicabana de Letras, de quem era presidente. De pronto, o Pedro, embora honrado com o convite, recusou. Como não recusar? Como conviver com renomados obreiros das letras, com homens que vêem a vida pelo lado bonito, que, juntando sua réstea de luz a outras alhures espalhadas nos rincões nacionais, querem a Pátria iluminada, querem o Brasil grande entre os grandes também no terreno da Literatura, ele, modesto funcionário público municipal, um intelectual, diria, de província? Assim pensava. Todavia, o seu segundo livro publicado, os argumentos do acadêmico não lhe permitiram recusa. Ele, então,

46

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

o Pedro Silveira Rocha, o Silveira Rocha, conforme subscreve seus trabalhos literários, o cidadão que a rigor só teve a vida como escola e o livro como professor, eu, ora situado no mais alto-pico de minha vida literária, elevado à categoria de acadêmico piracicabano...

(1) Essa satisfação, essa honra não se conta só com o meu ingresso na Academia Piracicabana de Letras. Não. Outro amigo, como o saudoso Prof. Chiarini, Prof. Helly de Campos Melges, quando presidente do Instituto Histórico e Geográfico também me fez convites para me tornar correspondente dessa também nobérrima entidade cultural piracicabana, que, com outras, eleva, realça, busca dar maior brilho ao nome de Piracicaba, aliás, da culta Piracicaba, terra que tempos depois do início de sua povoação foi se credenciando como terra de gente capaz, terra que a partir do século XVIII - segundo seus historiadores - ganhou fama da pioneira no fabrico de açúcar.

Piracicaba ou melhor, a "Vila Nova da Constituição" à categoria de cidade elevada em 1922, foi se notabilizando como povoação que conquistava com probidade o lugar que bem mereceu e bem merece da cidade das escolas, das indústrias, do comércio, da exuberante cultura agrícola; de cidade que se expandia demograficamente já nos séculos XVIII e XIX e de modo a surpreender neste século.

Acelerou-se, sem dúvida, o ritmo de sua vida a partir de 1877 quando, "por indicação do então vereador Prudente de Moraes Barros estabeleceu-se o nome de Piracicaba", quando herdou esse expressivo nome do majestoso "rio do peixe que jamais acaba", entre outras definições indígenas: "lugar onde o peixe pára" (no Salto, na sua admirável cachoeira).

Mas foi neste século das luzes, da ciência multiplicada, dos espantosos inventos, das corridas à lua e a outros planetas na tentativa heróica de explorar o universo cósmico, que a caminhada a passos largos ao progresso piracicabano se deu com instalações de mais usinas de açúcar e álcool e de outras importantes indústrias, fontes de trabalho e de renda que foram e são a razão principal do seu ininterrupto desenvolvimento. Não se separem as escolas: as existentes modernizadas e as que neste século foram criadas. Todas colaboradoras para a grandeza deste palmo de chão brasileiro, ponto distinto no mapa do Estado.

Destaque-se a incomparável "Escola Superior de Agricultura" uma das mais adiantadas do mundo, no gênero, orgulho não só de Piracicaba mas de São Paulo e do Brasil, cujo nome - justíssima homenagem - ganhou do seu criador Luiz Vicente de Souza Queiroz, o admirável cidadão que se uniu a Piracicaba por nobres sentimentos, que, por ser idealista, ter fibra, entusiasmo, não pretendeu estacionar numa área de terra (na sua fazenda) nem numa fábrica de tecidos (à margem do Piracicaba), uma de suas primeiras contribuições à economia piracicabana.

Era Luiz de Queiroz homem da iniciativa, de empreendimentos. Acalentava um sonho e esse sonho (di-lo a História), embora não o realizasse, realizaram-no outros piracicabanos que também sonhavam com o avanço cultural de Piracicaba.

Da semente generosa aninhada no solo fértil cuidaram eles e ela germinou, tornou-se árvore fecunda e os frutos que ela já deu e dá são saborosos - são os engenheiros-agrônomo mais recomendados para o exercício da distinta profissão.

Além de Luiz de Queiroz dotar Piracicaba de outros melhoramentos, foi ainda ele que lhe conferiu a honra de ser "a primeira cidade brasileira de ter luz elétrica (1894) antes mesmo do Rio de Janeiro e São Paulo (Capital) e até

(1) Referências e dados sobre Piracicaba foram extraídos de "Piracicaba Passado Presente", da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba" e "Biografia de Prudente de Moraes".

47

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

de muitos países, o que não deixou e não deixa de ser significativo para os piracicabanos.

A história - fiel relatora de acontecimentos passados - registra que seus primeiros habitantes eram poucos recomendados pela Justiça. Muito, porém, não durou para se perceber que logo deram lugar a homens de valor, a homens que construiriam uma Piracicaba sob firmes estruturas; uma cidade que haveria de dar valores à Pátria, à Sociedade, à Política, à Educação, à Arte, etc.

Enumerar os grandes vultos piracicabanos seria encher páginas e mais páginas, mas, como deixarmos de mencionar Prudente José de Moraes Barros, "o primeiro presidente civil da República" que em Piracicaba, terra que adotou, foi "vereador e presidente de sua Câmara Municipal, deputado estadual, senador e presidente da 1ª Assembléia Nacional Constituinte da República", Luiz Vicente de Souza Queiroz e Paulo de Moraes Barros que "inscreveram seus nomes na história de Piracicaba como exemplos de espíritos empreendedores e liberais", no terreno do ensino Sud Mennucci? Como foi dito, seria um nunca acabar fôssemos relacionar os piracicabanos ou os filhos adotivos de Piracicaba que tudo fizeram para vê-la grande, cada vez mais ombreando-se com as cidades mais progressistas de interlândia paulista.

Lá atrás, bem lá atrás ficaram os poéticos carros de boi, os cargueiros, as tropas de burros, as carroças, os tálburis, as liteiras que ainda no fim da década de 20 levavam à missa, aos domingos, a simpatíssima Dona Lydía, a Baronesa de Rezende. Bem lá atrás os bondes de Vila Rezende, da Escola Agrícola, da Paulista; as redes das vias férreas: Piracicaba-Jundiá-São Paulo e a do Engenho Central! A "maquininha do engenho", que por onde passava colhia ou deixava à passagem os olhares festivos da garotada das fazendas! O Engenho ruidando sua máquinas, hoje, desativado, é apenas lembrança de um passado glorioso, é apenas um dos pontos turísticos da "Noiva da Colina", ele que, outrora, foi tão importante a Piracicaba como fonte de trabalho.

Mas a história aí está nas páginas dos livros, nas folhas dos nossos jornais, alhures, relembando-nos esses fatos, contendo-nos como a terra cujos primeiros povoadores - a maioria - eram foragidos da lei, é hoje este monumento arquitetônico, esta cidade bonita recebendo sempre a homenagem do Sol e da Chuva, de Deus na forma de bênçãos sacratíssimas.

Vivo em Rafard, conforme já me referi, onde criei raízes. Terra que também amo, que também considero minha, a que desde minha juventude tenho dado meu entusiasmo, meu esforço pelo seu engrandecimento. Terra onde edifiquei meu lar, constituí minha família. Mas é Piracicaba que tenho no coração, na minha saudade da infância brincando de Tom Mix, de Edie polo com saudosos amiguinhos nas ruas de Vila Rezende, nadando no "Córrego do Koch", naquele bracinho d'água que forma o "Vêu de Noiva", complemento da beleza e da poesia daquele recanto privilegiado da Natureza.

E hoje, quando os janeiros pesam sobre os meus ombros, quando o inverno da vida neva os meus cabelos, estou tendo a satisfação de elevar os olhos ao céu, busear Deus pelo pensamento e agradecê-Lo por ser filho desta terra e por esta graça que me foi concedida de ser um membro de sua Academia de Letras, de figurar no rol dos sócios correspondentes do seu Instituto Histórico e Geográfico, associações que sem dúvida nenhuma honram suas tradições culturais.

"- "Piracicaba que eu adoro tanto", cultuada por seus artistas, enaltecida pelos seus escritores, cantada pelos seus poetas, saúdo-te!

48

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

DOCUMENTA

PRIMEIRO ASSENTAMENTO DE BATISMO NA FREGUEZIA DE PIRACICABA

EM 29 DE JULHO DE 1774

Em 1774 foi a povoação de Piracicaba elevada a freguesia e nomeado seu vigário o padre João Manuel da Silva. No dia 29 de julho deste ano fez ele o primeiro batizado, segundo se vê no "LIVRO QUE ADE SERVIR PARA ASENTAMENTO DE BATIZADOS DE BRANCOS E LIBERTOS

- Antonio - aos vinte e nove dias do mez de julho de mil settecentos e settenta e quatro annos, na Igreja desta nova freguezia de Piracicaba, baptizei e puz os Santos Oleos a Antonio, innocente, filho do Diretor Antonio Corrêa Barbosa e sua mulher Anna Lar da Silva, Forão padrinhos o Cap. Joaquim Fernandes da Costa, viúvo, e Anna Novaes de Magalhães cazada. com Tte. Francisco Xavier de Azevedo. Por procuração que me apresentaram Antonio Coelho da Silva e Izabel Barboza da Silva cazada com José Flores de Moraes, todos desta freguezia, exeto os padrinhos que são da villa de Itú, de que fiz este asento e assigney

O Vrg. O João Manuel da Silva."

49

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

NOVOS SÓCIOS

O IHGP teve a oportunidade em solenidade realizada em 05 de fevereiro de 1.993 de receber a nova sócia: CELESTE MARIA BAITELLI ZENHA GUIMARÃES

Em 28 de dezembro de 1.993 de receber os novos sócios: ALCIDES ALDROVANDI, CECÍLIO ELIAS NETTO, DANILO SANCINETTI e AMIR KLINK (correspondente)

INFORMAÇÕES

Em 05 de fevereiro de 1.993 o IHGP realizou solenidade para entrega das insígnias e outorgas da Medalha Prudente de Moraes. Os agraciados foram ANTONIO CARLOS MENDES THAME GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM e HUGO PEDRO CARRADORE

Em 27 de Agosto de 1.993. Sessão magna - SESC

Entrega de prêmios do Concurso "Piracicaba Ontem e Hoje"

Homenagem ao saudoso Confrade Helly de Campos Melges, ilustre homem público, ex-presidente do IHGP, e hoje cidadão do "reino de além mar...".

Em 28 de dezembro de 1993. Assembléia: Eleição e Posse dos novos Diretores

Em 27 de maio de 1994. Sessão Solene comemorativa ao Jubileu de Ouro da Diocese de Piracicaba.

Participação do Coral Misto e Orquestra Sinfônica Jovem da Escola de Música de Piracicaba.

Em 19 de agosto de 1994. Sessão Solene comemorativa ao aniversário de Piracicaba - SESC

50**IHGP**

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

PRINCÍPIOS GERAIS

1. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba publica artigos de pesquisa e reflexão, nas áreas de história e geografia e ciências correlatas.
2. A extensão dos artigos pode variar de 8 a 12 laudas.
3. Os artigos devem ser inéditos, vedado o seu encaminhamento simultâneo a outras revistas brasileiras.
4. A aceitação de um artigo se dará, observados os seguintes critérios;
 - adequação ao escopo da revista;
 - qualidade científica, atestada pela Comissão Editorial e por consultores convidados, cujos nomes não serão divulgados;
 - cumprimento das presentes normas.
5. O autor será informado do andamento do processo de seleção. Todos os originais serão devolvidos.
6. Não há remuneração pelos trabalhos.
7. Os artigos devem ser encaminhados à Comissão Editorial por intermédio do Instituto.

ESTRUTURA

8. Cada artigo deve conter os seguintes elementos, em folhas separadas:

Identificação

Título (e sub-título, se for o caso), que deve ser conciso e indicar claramente o conteúdo do texto;

Nome do autor;

Subvenção: menção de apoio e financiamento recebidos;

Agradecimento, se for absolutamente indispensável.

Resumo e palavras-chaves

Resumo indicativo e informativo, em português, em torno de 100 palavras.

51

IHG P

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

Texto

O texto deve ter uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. Cabe ao autor criar entretítulos para o seu trabalho. Esses entretítulos, em letras minúsculas, não são numerados.

DOCUMENTAÇÃO

9. A documentação de um artigo é dada pelas Notas e pelas Referências bibliográficas, que aparecem ao final do original. São adotadas para essa documentação as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

As notas devem ser indicadas por um número elevado e consecutivo, colocado após a frase a que se refere.

A lista das fontes consultadas (livros, artigos, atas, etc.) deve aparecer no final, em ordem alfabética, pelo sobrenome do autor.

APRESENTAÇÃO

10. Os artigos devem ser escritos em português, podendo contudo, a Critério da Comissão Editorial, ser aceitos trabalhos escritos em outros idiomas.

11. Os artigos devem ser datilografados em espaço dois, em papel branco, não transparente e de um lado só da folha, com 30 linhas de 70 toques cada lauda (2.100 toques).

12. Cada trabalho deve ser entregue em duas vias (uma para a redação, outra para a Comissão Editorial).

13. As ilustrações (tabelas, gráficos, desenhos, mapas e fotografias) devem ser numerados sequencialmente com algarismos arábicos e apresentados de modo a garantir uma boa qualidade de impressão. Devem ter títulos concisos, grafados em minúsculas. Às suas medidas devem representar, proporcionalmente, as dimensões da revista. Devem vir no final do trabalho, com indicação da sua localização no texto. As legendas devem ser apresentadas em outra folha.

As tabelas não devem ser muito grande e nem ter fios verticais para separar as colunas.

As fotografias devem ser em preto e branco, sobre papel brilhante, com um bom contraste e um foco bem nítido.

As figuras, mapas e gráficos devem ser preparados com tinta nanquim preta, em papel vegetal.

52

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano III 1994
Número 3

CHAVE

VERDADE HISTÓRICA

Rev. Erasmo Prestes de Souza

MINISTRO PRESBITERIANO

A verdade, até hoje não foi definida, no seu sentido filosófico. No sentido espiritual temos uma resposta para a verdade, quando Jesus responde a Pilatos sua pergunta: "Quid est veritas?"- Eu, que falo contigo, sou a Verdade". Platão tentou defini-la, dizendo: "O verdadeiro é o que é realmente". Bossuet procura completar a definição de equação entre a inteligência e o seu objeto. Descartes julgou que as coisas que reconhecemos bem claramente e bem distintamente aquilo que se tem comprovado testemunhos fidedignos, devidamente documentados. Se não houver documentos, podemos dizer que não há história. Por exemplo: tudo quanto se diz acerca do antigo Egito, da Assíria e da Babilônia, quando comprovado, podemos dizer: constitui verdade histórica, pois seus documentos encontram-se à disposição dos interessados.

As ocorrências memoráveis relatadas pela história, são comprovadas pelo que já dissemos, ser verdade histórica. E esta verdade histórica nos é transmitida porque os fatos são consequências de traços que permaceram. A esses traços é que se chama fato histórico. Os fatos históricos podem ser observados no momento ou através dos traços que o vento deixou. O exemplo típico destas definições, com relação a traços históricos, são as pirâmides do Egito. Os fatos históricos dependem da maneira como são conhecidos. Há diferença entre um fato químico e um fato histórico. Este varia de acordo com observação que é feita; aquele é invariável. O caráter de históricos não está propriamente nos fatos mas no modo como são conhecidos. Os fatos históricos fundamentam-se na natureza, condições e manifestações das atividades humanas.

53

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACABA
Ano III 1994
Número 3